EDITAL DE LICITAÇÃO – UASG 987791		
Pregão Eletrônico nº 157/2026	**Data da sessão de abertura: 26 de novembro de 2026**	
	Horário da sessão de abertura: 08h30min	
SIM-AM Nº 140/2026	**Processo Licitatório nº 322/2026**	
Sistema de Registro de Preços? APLICA-SE	**Edital Exclusivo ME/EPP?** ☒ Sim ☐ Não	**Reserva de cota ME/EPP?** ☐ Sim ☒ Não
VALOR MÁXIMO: *R$ 368.851,58 (trezentos e sessenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e um reais e cinquenta e oito centavos).*		
Modo de disputa ABERTO	**Vistoria/Visita Técnica NÃO SE APLICA**	**Amostra/Demonstração NÃO SE APLICA**
Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR ITEM		
QUESTIONAMENTOS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES	**Link Protocolo:** https://prudentopolisprscp.equiplano.com.br:5028/tramitacaoProcesso/#/abertura-processo/entidade/28	
O pregão será realizado por meio do endereço: www.comprasnet.gov.br O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br/, https://prudentopolispr.equiplano.com.br:7443/transparencia/licitacoes		

1. PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS** torna público para conhecimento dos interessados que, de acordo com a Lei nº 14.133, de 1° de abril de 2021 e demais legislação aplicável, Decreto Estadual n° 10086 de 17 de janeiro de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME73/2022, Decreto Federal n° 11.462, de 31 de março de 2023 referente ao Sistema de Registro de Preço, Lei 12.846/2013, Código de Defesa do Consumidor, Decreto n° 10.024 de 20 de setembro de 2019 encontra-se aberta a licitação sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** – tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, e que, **às 08h30min, do dia 26 de novembro de 2026** no site

www.comprasgovernamentais.gov.br, dará abertura ao Pregão Eletrônico, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência, autorizada pelo Processo **Protocolo nº 10.348/2026.**

1.2. O Edital e demais anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: www.comprasgovernamentais.gov.br e/ou e-mail licitaprude@prudentopolis.pr.gov.br.

1.3. Havendo divergência entre as especificações dos objetos descritas no sistema Compras Governamentais e aquelas constantes deste Edital, prevalecerão, para todos os fins, as disposições estabelecidas no instrumento convocatório.

1.4. A sessão será conduzida pela PREGOEIRA: Vanessa Ap. Becher Sass, conforme designação através do Decreto Municipal nº 597 publicado no Diário Oficial do Município, edição nº 3043 do dia de 27 de maio de 2025.

1.5. O presente Edital foi elaborado pela servidora Maricleia Grzeszezyszen, lotada no Departamento de Licitações.

2. DO OBJETO E VALOR MÁXIMO

2.1. A presente licitação tem por objeto o *Registro de Preços para a aquisição de materiais permanentes*, conforme especificações no Anexo I – Termo de Referência.

2.2. VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL: ***R$ 368.851,58 (Trezentos e sessenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e um reais e cinquenta e oito centavos).***

2.3. A licitação será dividida em **ITENS**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.2. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome,

assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

I) A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.7. NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO

4.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s);

4.7.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.7.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.7.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.7.5. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.7.6. Agente público do órgão ou entidade licitante;

4.7.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação

que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. O impedimento de que trata o item 4.7.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.9. A vedação de que trata o item 4.7.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. DAS IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

5.1. Qualquer pessoa é parte legítima para pedir esclarecimento ou impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame, exclusivamente através do Link: https://prudentopolisprscp.equiplano.com.br:5028/tramitacaoProcesso/#/abertura-processo/entidade/28, no caso de indisponibilidade do Link poderá ser encaminhada via e-mail: licitaprude@prudentopolis.pr.gov.br, sendo que caso enviado por e-mail deverá ser confirmado via telefone: (42) 3080-1700.

5.2. Decairá do direito aquele que não o fizer até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão do Pregão.

5.3. A Pregoeira, com base em parecer ou auxílio dos setores responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e seus Anexos, quando necessário, bem como de outros setores técnicos do município, decidirá sobre a resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, conforme o Art 164 § único da Lei 14133/2021.

5.4. As respostas a todos os questionamentos e impugnações (dúvidas ou esclarecimentos) serão disponibilizadas no site oficial do município, no link da referida licitação.

5.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação

5.6. Acolhida a impugnação, realizada alteração, será designada nova data para a realização do certame.

5.7. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência e na minuta de termo de Ata de

RP.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS E HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

6.2. A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, até a data e horário marcado para abertura da sessão pública.

6.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

6.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

6.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao

tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.3 ou 6.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação dos licitantes somente serão disponibilizados para avaliação da Pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio dos lances.

6.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Dados essenciais da proponente, como CNPJ, endereço, telefone e e-mail.

7.1.2. Preços unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso.

7.1.3. Marca;

7.1.3.1. As licitantes deverão, obrigatoriamente, informar a marca do item ofertado em campo específico da plataforma, bem como na proposta enviada durante a fase de julgamento, para que seja possível analisar a conformidade do item com as exigências do edital.

7.1.3.2. Não serão aceitas descrições genéricas, como "próprio" ou "similar", sob pena de desclassificação. Em casos onde é necessária a indicação do modelo, as mesmas condições serão aplicáveis.

7.1.3.3. A substituição da marca durante a execução do objeto será autorizada, exclusivamente, quando devidamente comprovada a impossibilidade de cumprimento com a marca ofertada no

certame, desde que o fiscal responsável consinta com a substituição por uma marca de qualidade equivalente ou superior àquela originalmente proposta.

7.1.3.3.1 Na hipótese de autorização da substituição da marca, esta será formalizada por meio de Termo de Apostilamento, precedido de autorização expressa do Prefeito Municipal e de sua respectiva publicação no Diário Oficial, competindo à empresa detentora da Ata de Registro de Preços o acompanhamento dos referidos atos administrativos.

7.1.4. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame.

7.1.5. O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), com apenas duas casas decimais (0,00) após a vírgula.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos, quando participarem de licitações públicas.

7.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira.

8.3.1. A comunicação entre a Pregoeira e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante a troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

8.4. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.4.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.4.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances ***exclusivamente*** por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.7. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO do item.

8.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.9. O modo de disputa a ser adotado deve ser o ***"ABERTO"*** considerando a maior economicidade que pode ser trazida ao utilizar tal método.

8.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de ***R$ 0,01 (hum centavo).***

8.11. O licitante somente poderá oferecer lance de ***valor inferior*** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do ***menor lance*** registrado, vedada a identificação do licitante.

8.14. A etapa de envio de lances terá duração de 15 (quinze) minutos, e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.14.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

8.15. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.16. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, justificadamente, admitir o reinicio da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.18. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem **crescente** de valores.

8.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.21. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços.

8.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

8.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

8.22.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.22.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

8.22.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.22.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

8.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.22.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;

8.22.2.2. Empresas brasileiras;

8.22.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.22.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.22.3. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata os itens, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

8.23. Cabe ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, sua desconexão ou por omissão quando chamado à manifestação via “chat”.

8.24. A Pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.24.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.25. Se a proposta da licitante mais bem classificada for desclassificada, a Pregoeira examinará a proposta subsequente, observada a ordem de classificação.

8.26. Encerrada a análise da aceitabilidade da proposta, será verificada a habilitação do licitante classificado em primeiro lugar, na forma prevista neste Edital.

8.27. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil

subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

8.28. Quando convocado via chat pela pregoeira, cada licitante terá o prazo de 5 (cinco) minutos para resposta, pois o licitante que deixar de responder qualquer convocação/mensagem do Pregoeiro será responsável pelo ônus decorrente da perda de negócio e ficará sujeito a eventuais sanções.

8.29. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.29.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.29.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.29.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.29.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9. DA FASE DO JULGAMENTO

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

9.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

9.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

9.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

9.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

9.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

9.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.3. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com as condições estipuladas no presente Edital.

9.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.6.1. Contiver vícios insanáveis;

9.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.6.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores

inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.6.7. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.6.7.1. *Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e*

9.6.7.2. *Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.*

9.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

10. DA FASE DE HABILITAÇÃO

10.1. A verificação da Habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor e será verificada, após a análise e julgamento das Propostas, devendo apresentar os seguintes documentos:

10.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

10.1.1.1. Os documentos abrangidos pelo SICAF são relativos à:

I) *Habilitação jurídica;*

II) *Regularidade fiscal e trabalhista;*

III) *Qualificação Econômica – Financeira;*

IV) *Qualificação técnica.*

10.1.1.2. O licitante não cadastrado no SICAF deverá apresentar toda a documentação de habilitação prevista neste edital.

10.1.1.3. Ao licitante inscrito no SICAF, cujos documentos solicitados em Edital encontrem-se vencidos no SICAF ou aos documentos que não se encontrem inseridos no mesmo, deverá apresentar a documentação atualizada à Pregoeira no momento da habilitação.

10.1.1.4. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput). A não observância do disposto poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

10.1.2. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art.

63, I, da Lei nº 14.133/2021).

10.1.3. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

10.1.3.1. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou;

10.1.3.2. Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

10.1.3.3. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

10.1.3.4. Portanto não poderá concorrer a matriz em nome da filial e vice-versa, salvo se a documentação de habilitação de ambas esteja regular;

10.1.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

10.1.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **DUAS HORAS,** prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

10.1.5.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.1.6. SERÃO EXIGIDOS OS SEGUINTES DOCUMENTOS

10.1.6.1. Para comprovação da habilitação jurídica

I) Registro comercial, no caso de empresa individual;

II) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores;

III) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

IV) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;

V) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

OBSERVAÇÕES:

– Em caso de alteração parcial dos documentos acima identificados, esta deverá ser apresentada juntamente com o ato constitutivo, estatuto ou contrato social;

– Em caso de alteração consolidada será suficiente sua apresentação, desde que registrada e contendo todas as cláusulas legalmente exigidas;

– Em caso de alteração parcial registrada após alteração consolidada, ambas deverão ser apresentadas pelo licitante.

10.1.6.2. Para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista

I) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal, ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;

II) Prova de regularidade conjunta, relativa a **Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, expedida pelo Ministério da Fazenda, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e Secretaria da Receita Federal, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei, conforme portaria conjunta: RFB/PGFN n° 1.751, de 02/10/2014;

III) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda ou equivalente, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

IV) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, mediante apresentação de certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças ou equivalente, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

V) Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

VI) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), conforme Lei nº 12.440/11 de 07 de julho de 2011.

10.1.6.3. Para comprovação da qualificação econômico-financeira

I. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

a) Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial;

b) Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias de sua emissão.

10.1.6.4. Para comprovação da qualificação técnica

I – Para os **itens 01, 02, 03 e 04** deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Certidão de acervo técnico do Profissional – CAT emitido pelo CREA/CFT com registro de

atestado;

b) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, na qual conste o Responsável Técnico da empresa, com atribuições do objeto do edital que será o responsável pela execução do serviço, devidamente acompanhada de Certidão de Registro de Pessoa Física, ambas emitidas pelo CREA/CFT, certificando que tanto o profissional quanto a Empresa licitante encontram-se regularmente registrados no Conselho Regional do respectivo Estado. (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia nos termos do artigo 59 da Lei 5.194);

c) Comprovação de vínculo empregatício entre o Responsável Técnico, elencado no item anterior, e a proponente, mediante apresentação de cópia da Carteira de Trabalho do responsável pelo serviço e/ou da ficha de registro da empresa, contrato de prestação de serviço ou de outro documento;

d) Para dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou Contrato Social.

10.2. Todos os documentos deverão estar perfeitamente legíveis.

10.3. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.4. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

10.5.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

10.5.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas; e

10.5.3. Documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame

10.6. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma

proposta que atenda ao presente edital.

10.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos.

10.9. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

10.10. Os documentos que não possuírem menção expressa sobre o prazo de validade, somente serão aceitos se emitidos com data não superior a **180 (cento e oitenta) dias anteriores** à data assinalada para a data de abertura do Pregão, exceto casos de legislação específica, devidamente comprovada.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor, a Pregoeira abrirá o prazo de 10 (dez) minutos para cada fase, classificação e habilitação, durante o qual, qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

11.2. A falta de manifestação imediata quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito.

11.3. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.5. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.5.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.5.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.6. Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: www.comprasgovernamentais.gov.br.

11.7. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo,

encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.8. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.9. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.10. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: https://prudentopolispr.equiplano.com.br:7443/transparencia/licitacoes.

11.12. Não havendo recurso, a Pregoeira encaminhará para homologação.

11.13. Caso à pregoeira tenha que remarcar a data da sessão, a convocação será realizada através e exclusivamente pelo sistema do Comprasnet.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será declarado vencedor.

12.1.1. Se o primeiro proponente classificado, não atender às exigências de habilitação, será examinada a documentação do segundo proponente classificado, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até o encontro de uma proposta que atenda a todas as exigências do edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

12.2. A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor.

12.2.1. A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E CADASTRO RESERVA

13.1. A vigência da Ata de Registro de Preço será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da sua assinatura.

13.2. As obrigações decorrentes deste PREGÃO, consubstanciar-se-ão em uma Ata de Registro de Preço, cuja minuta se encontra no **ANEXO III** deste Edital.

13.3. A Ata de Registro de Preços será encaminhada a empresa vencedora, a fim de que seja realizada a devida assinatura. Ressalta-se que é responsabilidade da empresa realizar a assinatura do referido instrumento e devolvê-lo ao Departamento de Licitações no prazo estipulado, sendo este o de **05 (cinco) dias** após o seu recebimento. A não devolução do documento devidamente assinado no

prazo estabelecido poderá acarretar em sanções previstas no edital ou outras medidas cabíveis, conforme a legislação vigente.

13.3.1. O prazo poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

13.4. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador). Na hipótese de nomeação de procurador, mediante apresentação de cópia da procuração e cópia dos documentos do procurador.

13.5. A proponente vencedora, que no prazo, convocada dentro da validade de sua proposta, se recusar injustificadamente a assinar a Ata de RP, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não manter a proposta, comportar-se de modo inidôneo, ou firmar declaração falsa, poderá ficar impedida de licitar com o Município de Prudentópolis.

13.6. Fica o Fiscal e o Gestor da Ata de Registro de Preço, cientes da publicação do mesmo após as devidas assinaturas e também da responsabilidade em acessar as devidas cópias que serão disponibilizadas no site oficial do município pela divisão de contratos.

13.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

13.8. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

13.8.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

13.8.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

13.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

13.9.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

13.9.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes,

observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.10. A Ata de Registro de Preço poderá, a critério da Administração, gerar a formalização de contratos específicos para a execução das aquisições ou prestações de serviços registrados, conforme necessidade, observadas as disposições do edital e da legislação vigente. Esses contratos deverão respeitar as condições, preços e prazos estipulados na Ata de Registro de Preços, sem prejuízo de eventuais ajustes que sejam formalmente acordados entre as partes.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. Deixar de apresentar amostra, quando exigida;

14.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.5. Fraudar a licitação;

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada, quando for exigida;

14.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades

civil e criminal:

14.2.1. Advertência;

14.2.2. Multa;

14.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

14.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

14.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

14.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

14.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 10% do valor da proposta do licitante.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, a multa será de 15% do valor da proposta.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14.A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15. DO COMBATE A FRAUDE E CORRUPÇÃO

15.1. Adota-se nesta licitação e nas consequentes Atas de RP, a presente Cláusula Especial de Combate à Fraude e Corrupção, com o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação, definindo-se as seguintes práticas:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da Ata de RP;

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: Falsificação ou omissão dos fatos, com objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de RP;

c) PRÁTICA COLUSIVA: Esquematizar ou estabelecer alguma espécie de acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais, não competitivos ou inexequíveis;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou à propriedade, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução da Ata de RP;

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: (i) Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios, ou do organismo financeiro multilateral, com o objetivo multilateral a apuração de alegações de prática prevista na Ordem de Serviço nº. 001-2015, de 16/05/2015; **(ii)** Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios e do organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.2. Na hipótese de financiamente, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de Atas de RP financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução uma Ata de RP financiado pelo organismo.

15.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de a Ata de RP vir a ser financiada, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução da Ata de RP e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de RP.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1].

16.11. Fica assegurado à Prefeitura Municipal de Prudentópolis, mediante justificativa motivada, o direito de, a qualquer tempo e no interesse da Administração, anular a presente licitação ou revogar no todo ou em parte.

16.12. Após a finalização da fase de lances, não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

16.13. A Administração poderá, até a assinatura da Ata de RP ou outro documento equivalente, inabilitar licitante, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, econômico-financeira e a regularidade fiscal da Licitante. Neste caso, a Pregoeira convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, restabelecendo a sessão para negociar diretamente com a Proponente melhor classificada e posterior abertura do seu envelope "Documentos de Habilitação", sendo declarada vencedora e a ela será adjudicado o objeto deste Pregão, podendo apresentar o (s) documento (s) que

vencer (em) seu prazo de validade após o julgamento da licitação.

16.14. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o da Comarca de Prudentópolis, com exclusão de qualquer outro**.**

16.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

– Anexo I – Termo de Referência;

– Anexo II – Modelo Padrão de Proposta;

– Anexo III – Minuta Ata de Registro de Preço;

– Anexo IV – Dotações Orçamentárias.

Prudentópolis, 06 de novembro de 2026.

ASSINADO DIGITALMENTE
MARICLEIA GRZESZEZYSZEN
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
http://serpro.gov.br/assinador-digital
SERPRO

(assinado eletronicamente)

Maricleia Grzeszezyszen

Resp. Pela Elaboração do Edital

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 10348/2026.

1. DAS SECRETARIAS SOLICITANTES

1.1. Secretaria Municipal de Agricultura;

1.2. Secretaria Municipal de Assistência Social;

1.3. Secretaria Municipal de Educação;

1.4. Secretaria Municipal de Esportes e Recreação;

1.5. Secretaria Municipal de Finanças;

1.6. Secretaria Municipal de Saúde;

1.7. Secretaria Municipal de Turismo.

2. DO EMBASAMENTO LEGAL

2.1. O presente Termo de Referência está embasado na Lei Federal n.º 14.133/2021.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Este Instrumento se fundamenta no Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado nos setores responsáveis das Secretarias demandantes.

4. HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

4.1. Conforme Estudo Técnico Preliminar – ETP de cada secretaria solicitante informado no processo inicial;

5. DO OBJETO

5.1. O presente Termo de Referência visa subsidiar o Departamento de Licitações na elaboração das diretrizes que darão ordem e forma ao processo licitatório para o ***"Registro de Preços para aquisição de materiais permanentes"*****,** conforme especificações contidas neste Termo, em consonância com o teor do **processo nº 10348-2026** e anexos, ao qual estão vinculados.

6. DA JUSTIFICATIVA

6.1. As secretarias solicitantes justificam a necessidade de aquisição do objeto conforme segue:

6.1.1. Secretaria Municipal de Agricultura:

A aquisição tem por objetivo proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores da Secretaria Municipal de Agricultura. Recursos como regulagem de altura, apoio adequado para as costas, assento confortável, apoio para os braços e sistema giratório contribuem para uma postura mais adequada, para o conforto durante a jornada e para o melhor desempenho das atribuições institucionais, favorecendo a organização do ambiente administrativo e a continuidade e a qualidade dos serviços públicos prestados.

A medida atende à Norma Regulamentadora nº 17 (NR-17), quanto à adequação ergonômica dos postos de trabalho, e observa os princípios da legalidade, impessoalidade, eficiência, economicidade e interesse público, bem como as demais disposições aplicáveis às contratações da Administração Pública.

6.1.2. Secretaria Municipal de Assistência Social:

A aquisição destina-se a atender três frentes de necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Aquisição de colchões: considerando o Decreto nº 128/2024, que regulamenta os procedimentos e fluxos para prestação dos Benefícios Eventuais, conforme a Lei Municipal nº 2210/2016, e dá outras providências, dispondo sobre a concessão de benefícios eventuais na forma de colchões. Os mesmos serão fornecidos em casos de emergência e calamidade pública, como tempestades, enchentes, incêndios e epidemias, entre outros, conforme estabelece o Decreto nº 128/2024.

Incentivo Equipamentos para CRAS e CREAS III: considerando a Resolução nº 084/24 CEAS/PR, que dispõe sobre a aprovação de recursos para Incentivo Equipamentos para CRAS e CREAS III – modalidade de cofinanciamento para aquisição de equipamentos para I – Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e II – Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS); e considerando a Resolução Ad Referendum CMAS nº 14, de 1º de novembro de 2023, que aprova, ad referendum, o Termo de Adesão e o Plano de Ações referentes ao repasse de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS – Incentivo Equipamentos para CRAS e CREAS III – Deliberação nº 084/2024 CEAS/PR, sendo que parte dos recursos já foi executada, restando saldo em conta. Os equipamentos serão utilizados nos CRAS (Vila Mariana e Vila da Luz) e no CREAS, com o objetivo de propiciar melhor atendimento às famílias referenciadas, garantindo acessibilidade e a adequada oferta dos serviços socioassistenciais.

6.1.3. Secretaria Municipal de Educação:

A Secretaria Municipal de Educação justifica a necessidade de aquisição de fogões industriais, geladeiras e freezers destinados às escolas da rede municipal de ensino, tendo em vista que diversos

equipamentos atualmente utilizados encontram-se danificados, apresentando problemas de funcionamento ou em processo de deterioração, o que compromete as condições adequadas para o preparo, o armazenamento e a conservação dos alimentos destinados aos alunos;

A substituição dos equipamentos que apresentam defeitos é necessária para garantir o adequado funcionamento das cozinhas escolares, bem como para assegurar condições apropriadas de higiene, segurança e conservação dos alimentos. A manutenção de equipamentos em condições inadequadas de funcionamento pode prejudicar a rotina das unidades escolares e comprometer a qualidade dos serviços relacionados à alimentação escolar;

Dessa forma, a aquisição de fogões industriais, geladeiras e freezers novos mostra-se necessária para substituir os equipamentos que não possuem mais condições adequadas de uso, proporcionando maior segurança, eficiência e continuidade na prestação dos serviços de alimentação escolar;

Também se faz necessária a aquisição de 01 (um) forno micro-ondas para a Secretaria Municipal de Educação, considerando que o equipamento anteriormente disponível apresentou defeito. Há servidores que realizam suas refeições nas dependências da Secretaria, sendo o micro-ondas equipamento necessário para o aquecimento adequado dos alimentos durante o horário de almoço;

Assim, a aquisição dos equipamentos mencionados é necessária para atender às demandas das escolas municipais e da Secretaria Municipal de Educação, garantindo melhores condições de trabalho aos servidores, o adequado funcionamento das cozinhas escolares e melhores condições para o armazenamento, a conservação e o preparo da alimentação oferecida aos alunos.

Justifica-se a aquisição e de realocação de ar condicionado com a instalação, devido a ser uma necessidade dentro da Secretaria Municipal de Educação de Prudentópolis onde, em sua atual sede, a qual está localizada na Rua Capitão João Alves David, n° 15, os aparelhos que já estão no local encontram-se dispostos de maneira não uniforme dentro do estabelecimento, não suprindo corretamente as necessidades do local. Muitos funcionários estão trabalhando sob forma exaustiva visto o excesso de calor que abrange o ambiente em questão. Ainda se valendo que perante a Norma Regulamentadora (NR) 15, Anexo 3, deixa-se bem especificado as atividades a serem elaboradas e a temperatura máxima permitida aos funcionários para que permaneçam nestas condições:

“São caracterizadas como insalubres as atividades ou operações realizadas em ambientes fechados ou ambientes com fonte artificial de calor sempre que o IBUTG (médio) medido ultrapassar os limites de exposição ocupacional estabelecidos com base no Índice de Bulbo Úmido Termômetro de Globo e determinados a partir da taxa metabólica das atividades”.

Assim sendo, também em conformidade com a Norma Regulamentadora (NR) 17 do Ministério do Trabalho, onde se estabelece e determina que a temperatura do ambiente de trabalho deve ser entre

20 e 23 graus célsius, com umidade relativa inferior a 40% de modo a proporcionar o máximo de conforto, segurança, saúde e desempenho eficiente, proporcionando um melhor desempenho em suas funções em horário laboral.

6.1.4. Secretaria Municipal de Esportes e Recreação:

Justifica-se a presente aquisição de material permanente pela necessidade de adquirir materiais para as instalações da sede administrativa da Secretaria Municipal de Esportes e Recreação, de alojamentos e refeitório os quais são nas dependências do Ginásio Municipal de Esportes Gilmar Agibert e demais locais mantidos pela SMER, visando manter o pleno funcionamento das atividades administrativas e de atendimentos aos eventos esportivos em nosso município, dando suporte às tarefas e ações operacionais.

6.1.5. Secretaria Municipal de Saúde:

A contratação justifica-se pela necessidade de adequar e modernizar a infraestrutura dos CAPS I e CAPS AD, substituindo equipamentos e mobiliários desgastados ou insuficientes e complementando a estrutura necessária ao funcionamento dos serviços.

A aquisição permitirá proporcionar melhores condições de atendimento aos usuários, conforto térmico nos ambientes, condições ergonômicas adequadas aos trabalhadores, melhoria dos espaços destinados às atividades coletivas e suporte às atividades de alimentação, convivência, oficinas terapêuticas e demais ações desenvolvidas nos CAPS.

6.1.6. Secretaria Municipal de Turismo:

A Secretaria Municipal de Turismo necessita de suportes que permitam posicionar e deslocar com segurança os televisores utilizados em reuniões, capacitações, apresentações e demais atividades institucionais que envolvem a exibição de conteúdo audiovisual, evitando que os aparelhos fiquem restritos a um único ambiente ou apoiados sobre mobiliário improvisado, com risco de queda, dano ao patrimônio e acidentes no transporte manual.

O suporte móvel tipo pedestal com rodízios, coluna com regulagem de altura e prateleira intermediária permite o uso do mesmo televisor em diferentes ambientes, posiciona a tela em altura adequada à visualização e dispensa obras de fixação em paredes, conforme análise comparativa de alternativas constante do Estudo Técnico Preliminar.

Memória de cálculo do quantitativo. Premissas: (i) cada televisor que precise ser deslocado entre ambientes demanda um suporte móvel próprio; (ii) não há reserva técnica, por se tratar de bem durável que não se consome com o uso; (iii) descontam-se os suportes móveis existentes aptos a reaproveitamento. Fórmula: **Q = Nt − Ne + R**, onde Nt = televisores a serem acomodados em suporte móvel; Ne = suportes móveis existentes reaproveitáveis; R = reserva técnica. Parâmetros (fonte:

demanda formalizada pela Secretaria requisitante): Nt = 3; Ne = 0 (não informada a existência de suportes reaproveitáveis); R = 0. Cálculo: Q = 3 − 0 + 0 = **03 (três) unidades**.

7. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

7.1. Conforme Estudos Técnicos Preliminares – ETP de cada secretaria solicitante informado no processo inicial;

8. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO

8.1. ITEM, QUANTIDADE E DESCRIÇÃO DO OBJETO

Item	Descrição	Unid.	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total	Demanda
01	Ar-condicionado Inverter, Capacidade de 24.000 BTUs, ideal até (m²); 40 m², Silencioso, Nível de Ruido: de 33dB a 54dB, Número de modos de funcionamento: mínimo 3, Classificação Energética: A, Controle remoto, Cor da Evaporadora: Branco, Tipo de Condensadora: Horizontal (Caixa), Tecnologia Inverter, Ciclo: Quente/Frio, Fluído refrigerante: R32, Corrente monofásico, Serpentina de Cobre, Voltagem 220 Volts, com instalação, incluso material aproximadamente 10 metros de tubulação e parte elétrica.	Unid.	04	R$ 4.852,61	R$ 19.410,44	SME 03 SMAS 01
02	AR-CONDICIONADO SPLIT HI WALL 12.000 BTUS, operando em ciclo quente e frio, o equipamento é composto por uma unidade evaporadora (interna) e uma unidade	Unid.	08	R$ 2.745,52	R$ 21.964,16	SMS 02 SMER 01 SMAS 05

	condensadora (externa), interligadas por tubulação de cobre isolada termicamente. A tensão de alimentação elétrica é de 220 V, monofásica, 60 Hz, com plugue e cabo de força conforme ABNT NBR 14136. A tecnologia de refrigeração deve ser do tipo inverter, garantindo alta eficiência energética e menor consumo de energia elétrica, com classificação energética A no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do INMETRO, conforme ABNT NBR 16655. O fluido refrigerante utilizado é o R410A ou R32, ecológico, que não agride a camada de ozônio, em conformidade com a ISO 817. A unidade evaporadora possui design moderno, na cor branca, com dimensões aproximadas de 80-95 cm (L) x 28-38 cm (A) x 20-28 cm (P). A unidade condensadora possui dimensões aproximadas de 70-85 cm (L) x 50-60 cm (A) x 30-40 cm (P), com tratamento anticorrosão para maior durabilidade em ambientes externos. O nível de ruído da unidade interna não deve exceder 42 dB(A) e da unidade externa não deve exceder 58 dB(A), conforme ABNT NBR 10152. O equipamento inclui					

	filtro de ar lavável e removível, de fácil acesso para manutenção, com capacidade de reter partículas de poeira e alérgenos, podendo incluir filtro HEPA ou de carvão ativado. Funções operacionais: refrigeração, aquecimento, desumidificação, ventilação e modo automático. Possui controle remoto sem fio com display LCD, permitindo o ajuste de temperatura, velocidade do ventilador, modo de operação, timer programável (liga/desliga) e função sleep. O produto deve ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento, fornecido em sua embalagem original lacrada de fábrica, acompanhado de manual de instruções em português e certificado de garantia mínima de 12 meses para o produto e 60 meses para o compressor, com assistência técnica autorizada em território nacional. A entrega e instalação devem ser realizadas no local indicado no empenho, incluindo todo o material necessário (tubulação, isolamento, fiação elétrica, suporte para condensadora, dreno) e teste de funcionamento, em conformidade com as normas de segurança (NR-10) e boas práticas					

	de instalação (ABNT NBR 16655).					
03	AR-CONDICIONADO SPLIT HI WALL 18.000 BTUS, operando em ciclo quente e frio, o equipamento é composto por uma unidade evaporadora (interna) e uma unidade condensadora (externa), interligadas por tubulação de cobre isolada termicamente. A tensão de alimentação elétrica é de 220 V, monofásica, 60 Hz, com plugue e cabo de força conforme ABNT NBR 14136. A tecnologia de refrigeração deve ser do tipo inverter, garantindo alta eficiência energética e menor consumo de energia elétrica, com classificação energética A no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do INMETRO, conforme ABNT NBR 16655. O fluido refrigerante utilizado é o R410A ou R32, ecológico, que não agride a camada de ozônio, em conformidade com a ISO 817. A unidade evaporadora possui design moderno, na cor branca, com dimensões aproximadas de 90-105 cm (L) x 30-40 cm (A) x 22-30 cm (P). A unidade condensadora possui dimensões aproximadas de 80-95 cm (L) x 60-70 cm (A) x 35-45 cm (P), com tratamento anticorrosão para	Unid.	02	R$ 3.336,50	R$ 6.673,00	SMS 02

	maior durabilidade em ambientes externos. O nível de ruído da unidade interna não deve exceder 45 dB(A) e da unidade externa não deve exceder 60 dB(A), conforme ABNT NBR 10152. O equipamento inclui filtro de ar removível e lavável, de fácil acesso para manutenção, com capacidade de reter partículas de poeira e alérgenos, podendo incluir filtro HEPA ou de carvão ativado. Funções operacionais: refrigeração, aquecimento, desumidificação, ventilação e modo automático. Possui controle remoto sem fio com display LCD, permitindo o ajuste de temperatura, velocidade do ventilador, modo de operação, timer programável (liga/desliga) e função sleep. O produto deve ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento, fornecido em sua embalagem original lacrada de fábrica, acompanhado de manual de instruções em português e certificado de garantia mínima de 12 meses para o produto e 60 meses para o compressor, com assistência técnica autorizada em território nacional. A entrega e instalação devem ser realizadas no local indicado no empenho, incluindo					

	todo o material necessário (tubulação, isolamento, fiação elétrica, suporte para condensadora, dreno) e teste de funcionamento, em conformidade com as normas de segurança (NR-10) e boas práticas de instalação (ABNT NBR 16655).					
04	AR-CONDICIONADO SPLIT HI WALL 9.000 BTUS, operando em ciclo quente e frio, o equipamento é composto por uma unidade evaporadora (interna) e uma unidade condensadora (externa), interligadas por tubulação de cobre isolada termicamente. A tensão de alimentação elétrica é de 220 V, monofásica, 60 Hz, com plugue e cabo de força conforme ABNT NBR 14136. A tecnologia de refrigeração deve ser do tipo Inverter, garantindo alta eficiência energética e menor consumo de energia elétrica, com classificação energética A no Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE) do INMETRO, conforme ABNT NBR 16655. O fluido refrigerante utilizado é o R410A ou R32, ecológico, que não agride a camada de ozônio, em conformidade com a ISO 817. A unidade evaporadora possui design moderno, na cor branca, com dimensões	Unid.	15	R$ 2.658,98	R$ 39.884,70	SMS 15

	aproximadas de 70-85 cm (L) x 25-35 cm (A) x 18-25 cm (P). A unidade condensadora possui dimensões aproximadas de 65-80 cm (L) x 45-55 cm (A) x 25-35 cm (P), com tratamento anticorrosão para maior durabilidade em ambientes externos. O nível de ruído da unidade interna não deve exceder 40 dB(A) e da unidade externa não deve exceder 55 dB(A), conforme ABNT NBR 10152. O equipamento inclui filtro de ar lavável e removível, de fácil acesso para manutenção, com capacidade de reter partículas de poeira e alérgenos, podendo incluir filtro HEPA ou de carvão ativado. Funções operacionais: refrigeração, aquecimento, desumidificação, ventilação e modo automático. Possui controle remoto sem fio com display LCD, permitindo o ajuste de temperatura, velocidade do ventilador, modo de operação, timer programável (liga/desliga) e função sleep. O produto deve ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento, fornecido em sua embalagem original lacrada de fábrica, acompanhado de manual de instruções em português e certificado de garantia mínima de 12					

	meses para o produto e 60 meses para o compressor, com assistência técnica autorizada em território nacional. A entrega e instalação devem ser realizadas no local indicado no empenho, incluindo todo o material necessário (tubulação, isolamento, fiação elétrica, suporte para condensadora, dreno) e teste de funcionamento, em conformidade com as normas de segurança (NR-10) e boas práticas de instalação (ABNT NBR 16655).					
05	ASPIRADOR DE PÓ E ÁGUA - potência 1600w, com corpo em inox, volume total do recipiente: 20l; tensão 110 v; equipado com um conjunto de todos os acessórios previstos pelo fabricante, incluindo um bico para cantos e escovas, mangueira de 1,5 metros, extensores de plástico, bico múltiplo para carpetes, tapetes e pisos frios, além de um saco para pó de pano lavável e filtro de espuma lavável, alça para transporte, rodas para fácil movimentação. tipo de filtro: pano lavável e espuma. certificado pelo INMETRO. componentes: cabo elétrico 2,5 - 5 m; com alça e rodízios para transporte. garantia	Unid.	01	R$ 498,28	R$ 498,28	SMER 01

	mínima: 12 meses.					
06	BANCO DE JARDIM EM MADEIRA PLÁSTICA 150 cm Material: 100% madeira plástica reciclada, Medidas: Altura do assento: 44 cm Altura do encosto: sem encosto Largura:150 cm Peso: 18 kg Peso suportado:375 kg. Estrutura durável e resistente à corrosão, chuva, poeira e contato permanente com o solo, imune a pragas, não mofa e não cria fungos. Segurança garantida: não soltas farpas e não apresenta rachaduras. Livre de manutenção e pinturas, já vem em coloração semelhante à madeira natural.	Unid.	05	R$ 1.092,50	R$ 5.462,50	SMER 05
07	BEBEDOURO ÁGUA - Tipo Industrial. Características Adicionais: 2 Torneiras Geladas. Voltagem: 220 V. Material Gabinete: Aço Inoxidável, Capacidade Água: 50L. Bebedouro Duas Torneiras - bebedouro industrial em aço inox com 2 torneiras frontais em P.P injetado, alta resistência e maior vazão; com revestimento externo em chapa de aço inox. bebedouro com controle/regulagem da temperatura, grande vazão de água; serpentina em	Unid.	02	R$ 2.147,61	R$ 4.295,22	SMER 02

	aço inox; refrigeração por unidade condensadora e baixo consumo de energia. contendo aparador de água frontal em chapa de aço inox com ralo sifonado: barra o mau cheiro proveniente do esgoto; com capacidade de 50 litros no reservatório; com revestimento externo em chapa de aço inox. - Reservatório de água (tanque interno) em pp atóxico (polipropileno); isolação em EPS1; gás ecológico R 134A; unidade condensadora; controle da temperatura da água. com tensão de 220V.					
08	BEBEDOURO DE ÁGUA REFRIGERADO - modelo industrial de coluna, projetado para ambientes coletivos de alto fluxo, com capacidade de armazenamento de água gelada de 20 a 25 litros. A construção do corpo externo é em chapa de aço inoxidável escovado (AISI 304), com espessura mínima de 0,8 mm, garantindo alta resistência à corrosão, durabilidade e facilidade de higienização, em conformidade com a ABNT NBR 14136 para superfícies em contato com alimentos. O reservatório interno de água é fabricado em aço	Unid.	02	R$ 2.039,04	R$ 4.078,08	SMS 02

	inoxidável AISI 304, com isolamento térmico em poliuretano expandido de alta densidade, livre de CFC, para manter a temperatura da água gelada por mais tempo e otimizar o consumo de energia. O sistema de refrigeração é por compressor hermético de baixo ruído (máximo 50 dB(A) conforme ABNT NBR 10152) e baixo consumo energético, utilizando fluido refrigerante ecológico (R134a ou R600a, conforme ISO 817), com selo Procel A ou superior do INMETRO. A capacidade de atendimento é para aproximadamente 100 pessoas/hora, com vazão mínima de 2 litros/hora de água gelada. O bebedouro é equipado com duas torneiras de saídas de água: um tipo jato para boca e outra tipo copo, ambas em latão cromado com acionamento por botão ou alavanca, com regulagem de vazão. Inclui filtro de água com tripla ação (polipropileno para retenção de partículas, carvão ativado para remoção de cloro, odores e sabores, e carvão block para filtragem fina), com certificação de potabilidade do INMETRO ou ANVISA, conforme					

	ABNT NBR 16098. A tensão de operação é 110 V ou 220 V (especificar no momento da compra), monofásica, 60 Hz, com cabo de força conforme ABNT NBR 14136. Possui bandeja coletora de pingos removível em aço inoxidável, com dreno para escoamento, e dreno para limpeza e esvaziamento do reservatório. As dimensões aproximadas são: 100-120 cm (A) x 30-40 cm (L) x 30-40 cm (P). O equipamento atende às normas de segurança elétrica (NR-10) e de qualidade da água (ABNT NBR 16098). O produto deve ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento, fornecido em sua embalagem original lacrada de fábrica, acompanhado de manual de operação em português e certificado de garantia do fabricante de 1 ano para peças e componentes. Acompanha kit de instalação básico (mangueira, adaptador de torneira) e manual de operação.					
09	BEBEDOURO INDUSTRIAL 200 Litros - Gabinete em aço inox 430, protegido com PVC na cor cinza. Reservatório fabricado em Polietileno com capacidade para 200 litros de água gelada. Isolamento	Unid.	01	R$ 3.328,66	R$ 3.328,66	SMER 01

	EPS, serpentina interna em aço inox 304, aparador/cuba em aço inox 304, com 4 torneiras modelo/tipo rosca. Compressor Embraço 1/6 HP, gás utilizado R13A (ecológico). Temperatura com controle através de termostato com regulagem. Tensão 127 V. Dimensões 132 cm x105cm x70cm (AxLxC) e peso de 42 kg. Garantia de 12 meses.					
10	BICAMA DE SOLTEIRO - Bicama de solteiro com cama auxiliar deslizante, em 100 % madeira maciça, acabamento em pintura de verniz/laca, sem gavetas, dimensões mínimas aproximadas de 107 cm de altura, 90 cm de largura e 193 cm de comprimento. Compatível com colchoes de 88 x 188 cm em ambas as camas. Capacidade de suporte mínima de 100 kg por cama, possuir garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação e deverá ser montada no local indicado pela secretaria. Cor a ser definida no momento da compra.	Unid.	10	R$ 1.483,34	R$ 14.833,40	SMAS 10
11	CADEIRA FIXA ESTOFADA EM CORINO PARA CONSULTÓRIOS, SALAS DE ATENDIMENTO E SALAS DE REUNIÃO, destinada aos consultórios multiprofissionais,	Unid.	19	R$ 386,34	R$ 7.340,46	SMS 19

	salas de atendimento individual, salas de reunião, recepção e demais ambientes administrativos dos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS. A cadeira deverá possuir estrutura fixa de quatro pés, proporcionando estabilidade, resistência, conforto e durabilidade para utilização contínua em ambiente institucional. Especificações técnicas mínimas: Estrutura confeccionada em tubo de aço-carbono de alta resistência, com espessura compatível para uso institucional contínuo, soldada por processo industrial e acabamento em pintura eletrostática a pó (epóxi ou poliéster), resistente à corrosão, impactos, abrasão e produtos usuais de limpeza. Estrutura fixa de quatro pés, equipada com ponteiras em polipropileno, nylon ou material equivalente, antiderrapantes, destinadas à proteção do piso e aumento da estabilidade. Não possuir braços. Assento e encosto independentes, com desenho anatômico e ergonômico, proporcionando adequado apoio lombar e conforto durante utilização prolongada. Assento confeccionado em compensado multilaminado,					

	madeira prensada de alta resistência ou material estrutural equivalente, estofado com espuma de poliuretano injetada ou laminada de densidade mínima D33, com espessura mínima de 50 mm. Encosto confeccionado em compensado multilaminado, madeira prensada ou material equivalente, estofado com espuma de poliuretano de densidade mínima D28. Revestimento do assento e do encosto em couro sintético (PU), corino ou material equivalente, impermeável, lavável, resistente ao desgaste e de fácil higienização. Cor preta ou outra cor neutra, conforme definição da Secretaria Municipal de Saúde. Sistema de fixação entre estrutura, assento e encosto por meio de parafusos metálicos e suportes reforçados, garantindo estabilidade e resistência ao uso contínuo. Capacidade mínima de carga de 120 kg. Dimensões aproximadas Largura do assento: entre 44 e 50 cm; Profundidade do assento: entre 42 e 48 cm; Altura do assento ao piso: entre 43 e 48 cm; Altura total: entre 78 e 88 cm. Será admitida variação dimensional de até ± 5%. Requisitos de qualidade Produto novo, sem uso, não recondicionado. Estrutura isenta					

	de rebarbas, deformações ou falhas de soldagem. Materiais resistentes aos procedimentos rotineiros de limpeza e desinfecção utilizados em serviços de saúde. Atender aos requisitos da ABNT NBR 13962 e ABNT NBR 16031, ou normas técnicas que as substituam. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Acompanhar manual de montagem (quando aplicável) e termo de garantia. Fornecimento em embalagem original do fabricante, devidamente protegida contra danos durante transporte e armazenamento.					
12	CADEIRA MONOBLOCO COM BRAÇOS EM POLIPROPILENO, confeccionada em polipropileno (PP) virgem, por processo de injeção, na cor branca, com braços integrados à estrutura, empilhável, destinada ao uso institucional contínuo em ambientes internos e externos. Deverá possuir estrutura monobloco em peça única, sem componentes metálicos aparentes sujeitos à corrosão, com superfície lisa, impermeável e de fácil higienização, resistente à umidade, produtos de limpeza e aos raios ultravioletas (UV), adequada ao uso	Unid.	70	R$ 66,13	R$ 4.629,10	SMS 70

	em estabelecimentos de saúde. A cadeira deverá suportar capacidade mínima de carga estática de 182 kg, conforme especificação do fabricante, possuir sapatas antiderrapantes ou acabamento que proporcione estabilidade ao piso e apresentar acabamento sem rebarbas, trincas, deformações ou imperfeições. O produto deverá possuir certificação compulsória do INMETRO, atendendo à regulamentação vigente para cadeiras plásticas monobloco, bem como às normas técnicas aplicáveis. Dimensões mínimas: Largura total: 55 cm; Profundidade: 55 cm; Altura total: 80 cm; Altura do assento: 43 cm. Admitir-se-á variação dimensional de até 5%. Garantia mínima: 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. As características visuais são: Cor branca; Monobloco em polipropileno (uma única peça); Braços integrados; Quatro pés; Empilhável; Fácil higienização; Uso interno e externo.					
13	CADEIRA PARA COZINHA tipo tubular. Pintura: Epóxi a pó (pintura eletrostática, que oferece proteção e durabilidade). Material: Aço. Altura	Unid.	06	R$ 189,22	R$ 1.135,32	SMAS 06

	total: 102 cm. Altura até o assento: 46 cm. Diâmetro do assento: 38 cm. Na cor branca. Para Acolhimento Institucional.					
14	CADEIRA PRESIDENTE GIRATÓRIA ERGONÔMICA PARA ESCRITÓRIO, destinada ao uso contínuo em ambientes administrativos, salas de coordenação, consultórios, salas de atendimento e demais dependências dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). A cadeira deverá possuir estrutura robusta, com design ergonômico, proporcionando conforto, estabilidade e durabilidade para uso institucional prolongado. Características mínimas: Encosto alto, com apoio para cabeça integrado ao encosto, proporcionando adequado suporte para coluna cervical, dorsal e lombar; Assento e encosto estofados com espuma de alta densidade, moldada ou injetada, com densidade mínima D33 ou equivalente, com espessura mínima de 70 mm, confeccionado em espuma de alta resiliência, de forma a proporcionar conforto durante jornadas prolongadas de trabalho (mínimo de 8 horas diárias). Sistema interno do	Unid.	38	R$ 1.537,50	R$ 58.425,00	SMS 19 SMAG 19

	assento com tecnologia que proporcione elevada distribuição da carga e conforto ao usuário, admitindo-se espuma de alta resiliência, molas ensacadas ou tecnologia equivalente de desempenho; Revestimento em couro ecológico (PU), corino ou material sintético de alta resistência, impermeável, lavável e de fácil higienização, na cor preta, marrom ou outra cor neutra conforme disponibilidade do fabricante; Braços acolchoados, revestidos no mesmo material do assento, fixos ou com regulagem de altura, desde que mantenham adequada ergonomia; Mecanismo reclinável tipo Relax, Back System, Syncron ou tecnologia equivalente, permitindo inclinação do encosto com travamento em, pelo menos, uma posição e ajuste da tensão conforme o peso do usuário; Regulagem de altura do assento por pistão a gás Classe 3 ou superior, conforme requisitos da ABNT NBR 13962; Base giratória tipo estrela com cinco hastes, confeccionada em aço cromado, aço com pintura eletrostática ou nylon de alta resistência, compatível com carga institucional; Cinco rodízios duplos					

	em nylon ou poliuretano (PU), apropriados para pisos frios ou vinílicos, proporcionando deslocamento suave sem danificar o piso; Giro de 360°; Capacidade mínima de carga de 150 kg; Dimensões aproximadas: largura: entre 62 e 68 cm; profundidade: entre 58 e 65 cm; altura total regulável: entre 115 e 125 cm; altura do assento regulável conforme mecanismo de elevação; Produto novo, sem uso, não recondicionado. Requisitos técnicos mínimos: Atender aos requisitos ergonômicos da NR 17 do Ministério do Trabalho e Emprego; Atender aos requisitos das normas ABNT NBR 13962 (Móveis para Escritório – Cadeiras – Requisitos e Métodos de Ensaio) e ABNT NBR 16031 (Estabilidade, Resistência e Durabilidade), ou normas que as substituam; Apresentar garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação; Acompanhar manual de montagem em português e certificado de garantia; Fornecimento em embalagem original do fabricante, devidamente lacrada, protegendo o produto contra danos durante transporte e armazenamento.					

15	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA PORTÁTIL COM CONECTIVIDADE BLUETOOTH, destinada ao uso em oficinas terapêuticas, grupos, reuniões, palestras, capacitações, eventos e demais atividades desenvolvidas pelos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS. O equipamento deverá possuir potência RMS mínima de 200 W, adequada para sonorização de ambientes coletivos de pequeno e médio porte, proporcionando reprodução sonora com boa qualidade, clareza e volume suficiente para atividades institucionais. Deverá possuir, no mínimo: Conectividade Bluetooth 5.0 ou superior; Entrada USB para reprodução de arquivos MP3; Entrada para cartão Micro SD (quando disponível pelo fabricante); Entrada auxiliar AUX P2 (3,5 mm); Entrada para microfone P10 (6,35 mm); Entrada para instrumento musical P10 ou segunda entrada para microfone (aceita-se modelos com entrada combinada MIC/GUITAR); Rádio FM digital (quando disponível); Controle individual de volume para microfone; Controle de graves e agudos ou equalização	Unid.	02	R$ 2.373,67	R$ 4.747,34	SMS 01 SMER 01

	integrada; Função TWS (True Wireless Stereo) ou equivalente, quando disponível. O equipamento deverá possuir alto-falante de no mínimo 8 polegadas, acompanhado de tweeter para reprodução de altas frequências. Alimentação elétrica bivolt automático (127/220 V) ou 220 V, frequência de 60 Hz. O gabinete deverá ser confeccionado em material plástico de alta resistência (ABS) ou madeira MDF revestida, apropriado para transporte frequente. O equipamento deverá possuir alça para transporte e peso compatível com utilização portátil. Deverá acompanhar: cabo de alimentação; controle remoto (quando fornecido pelo fabricante); manual em português; certificado de garantia. Produto novo, sem uso, não recondicionado. Garantia mínima de 12 meses.					
16	CENTRÍFUGA DE ROUPAS - capacidade de 15 kg para roupas molhadas (5 kg secas), timer de 6 minutos e trava de segurança, cesto extragrande, compacta e eficiente, com boa estabilidade e alta rotação. Para Acolhimento Institucional.	Unid.	01	R$ 610,17	R$ 610,17	SMAS 01

17	COLCHÃO DE SOLTEIRO: densidade 33, medindo 88 cm de largura x 1,88 m de comprimento x 12 cm de altura, revestimento em tecido com tratamento antifungo, antibactéria, antiácaro e antialérgico. Composição do revestimento: Face A e B: tecido plano simples 100% poliéster 68 g/m². Faixa: tecido plano simples 100% poliéster 101 g/m². Bordado com espuma 100% poliuretano convencional 18 kg/m³ e tela polipropileno. Para Benefício Eventual.	Unid.	100	R$ 511,52	R$ 51.152,00	SMAS 100
18	Colchão Revestido em Corino D33 – Solteiro. Medidas: 0,78x1,88x12cm. Espuma de Poliol Vegetal, Densidade 33. Tecido De Forração Do Revestimento confeccionada em CORINO original de alta qualidade, na cor azul.	Unid.	20	R$ 445,52	R$ 8.910,40	SMER 20
19	Fogão industrial 6 (seis) bocas, a gás GLP/GN conversível, estrutura em aço inox AISI 304 de 1,0 mm, queimadores em ferro fundido de 4.500 kcal/h cada (27.000 kcal/h no total), grelhas em ferro fundido de 300 x 300 mm, válvulas de segurança, dimensões aproximadas de 1050 x 750 x 900 mm. Em conformidade com a ABNT NBR	Unid.	05	R$ 4.055,00	R$ 20.275,00	SME 05

	13971 e com registro/certificação INMETRO. Garantia mínima de 12 (doze) meses.					
20	FORNO MICRO-ONDAS com capacidade mínima de 30 litros, projetado para uso institucional, com potência de saída mínima de 900 Watts e potência de consumo máxima de 1400 Watts, garantindo aquecimento e descongelamento eficientes. O gabinete externo é construído em aço pintado na cor branca ou prata, resistente e de fácil limpeza. O interior é em aço esmaltado ou aço inoxidável, com revestimento antiaderente para facilitar a higienização, em conformidade com a ANVISA RDC 20/2007 para materiais em contato com alimentos. Possui prato giratório de vidro temperado com diâmetro mínimo de 30 cm, removível para limpeza. O painel de controle é digital ou analógico, de fácil manuseio, com teclas ou botões intuitivos para as funções básicas de aquecimento, descongelamento por peso e tempo, e timer programável. Inclui display digital para visualização do tempo e funções. Possui trava de segurança para	Unid.	03	R$ 794,04	R$ 2.382,12	SME 01 SMS 02

	crianças. A alimentação elétrica é bivolt automático (127 V/220 V) ou com seleção manual, operando em frequência de 60 Hz, com cabo de força conforme padrão ABNT NBR 14136.Dimensões externas aproximadas: 50-55 cm (L) x 30-35 cm (A) x 40-45 cm (P). O nível de ruído máximo é de 60 dB(A), conforme ABNT NBR 10152. O produto deve ser novo, sem uso, reforma ou recondicionamento, fornecido em sua embalagem original lacrada de fábrica, acompanhado de manual de instruções em português e certificado de garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação, com assistência técnica autorizada em território nacional. O equipamento deve possuir selo de segurança elétrica do INMETRO, conforme ABNT NBR NM 60335-2-25.					
21	FRAGMENTADORA DE PAPEL. Características gerais: voltagem 110 V; tipo fragmentadora manual; potência mínima 600 W; nível de segurança mínimo P4 conforme norma DIN 66.399. Capacidade de corte: papel, clipes, grampos, CD e cartão. Nº mínimo de folhas A4 (75	Unid.	05	R$ 3.396,09	R$ 16.980,45	SMAS 05

	g): 15 folhas. Tempo de funcionamento: contínuo por período mínimo de 30 minutos ininterruptos. Volume da lixeira: mínimo 35 litros. Sensor de lixeira cheia: botão indicador de compartimento cheio. Engrenagens e pentes raspadores metálicos. Acionamento e desligamento automático. Proteção automática contra sobrecarga e aquecimento excessivo do motor. Garantia mínima de 1 (um) ano.					
22	FREEZER HORIZONTAL, CAPACIDADE MÍNIMA DE 400 LITROS, destinado ao armazenamento e conservação de alimentos em ambiente institucional, com gabinete externo confeccionado em aço com acabamento resistente à corrosão e de fácil higienização. Características mínimas: capacidade líquida mínima de 400 litros; modelo horizontal, com 01 ou 02 tampas superiores, permitindo-se tampa balanceada; função freezer, com temperatura adequada ao congelamento e conservação de alimentos, atingindo temperatura mínima de -18 °C ou inferior; controle de temperatura por termostato regulável; sistema de	Unid.	05	R$ 3.304,11	R$ 16.520,55	SME 04 SMS 01

	refrigeração eficiente, com isolamento térmico em poliuretano ou tecnologia equivalente; dreno frontal ou sistema equivalente para facilitar o degelo e a limpeza; gabinete interno confeccionado em material resistente, impermeável, lavável e adequado ao armazenamento de alimentos; gabinete externo em aço galvanizado, aço pré-pintado ou material de resistência equivalente; puxadores resistentes e de fácil manuseio; pés niveladores e/ou rodízios, conforme modelo do fabricante; utilização de fluido refrigerante que não agrida a camada de ozônio, conforme regulamentação vigente; alimentação elétrica em 127 V ou 220 V, a ser definida no momento da contratação; frequência de 60 Hz; eficiência energética e etiquetagem em conformidade com os requisitos vigentes do INMETRO, quando aplicáveis à categoria do equipamento; produto novo, sem uso, reforma ou recondicionamento; fornecimento em embalagem original do fabricante; manual de instruções em português; assistência técnica autorizada em território nacional;					

	garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Dimensões: compatíveis com a capacidade mínima especificada, admitindo-se variações conforme o fabricante.					
23	Geladeira/refrigerador duplex frost free, capacidade total de 480 a 600 litros (compartimento refrigerador de no mínimo 350 litros e freezer de no mínimo 130 litros), controle digital de temperatura, prateleiras em vidro temperado, iluminação em LED, tensão 110 V, Selo PROCEL classe A, consumo máximo de 50 kWh/mês, gás refrigerante R600a. Em conformidade com a ABNT NBR 16378 e com registro / certificação INMETRO. Garantia mínima de 12 (doze) meses para o produto e de 60 (sessenta) meses para o compressor.	Unid.	06	R$ 3.909,67	R$ 23.458,02	SME 05 SMER 01
24	LAVADORA DE ALTA PRESSÃO, tipo lava-jato. Tensão: 220 V mono. Pressão máxima: 2.500 PSI. Vazão mínima: 700 litros/hora. Potência elétrica: 3.200 W. Corrente elétrica: 16 A. Motor de indução. Mangueira de alta pressão de 10 metros de comprimento, com trama de aço. Bico e pistola de alta pressão	Unid.	03	R$ 4.288,87	R$ 12.866,61	SMAS 03

	com trava de segurança. Garantia mínima de 1 (um) ano. Deve acompanhar manual de instruções em português.					
25	Liquidificador: com Jarra De 2lt, 700w, 05 Velocidades, 6 Lâminas. Cor Preto Ou branco.	Unid.	01	R$ 265,09	R$ 265,09	SMER 01
26	MÁQUINA DE LAVAR ROUPA 18 KG - estrutura em gabinete de aço galvanizado; com acabamento em pintura; tipo doméstica, medindo aproximadamente (larg.: 62,20 x alt. 1,05 x prof. 72,40) cm, peso 40 kg. centrifugação; com capacidade para 18 kg; cesto rotação mínima de 630 rpm; na voltagem de 110v; 60 hz; abertura superior, vidro temperado com trava de segurança; na cor branca. com tecnologia jet & clean, acima de 10 programas de lavagem, eficiência energética "A", filtro elimina fiapo, acesso ao cesto superior.	Unid.	02	R$ 2.190,00	R$ 4.380,00	SMER 01 SMAS 01
27	MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS TIPO TANQUINHO - (semiautomática), tipo de equipamento: Lavadora de roupas semiautomática (tipo tanquinho), de uso doméstico/institucional. Capacidade: Mínimo de 10 kg.	Unid.	01	R$ 529,31	R$ 529,31	SMAS 01

	Sistema de lavagem: Turbilhonamento. Acessórios obrigatórios: Filtro para retenção de fiapos. Dispenser para sabão e amaciante. Timer com programas de lavagem (mínimo de 5 a 6 programas). Eficiência energética: Selo Procel/Eficiência Energética Classe A. Tensão/Voltagem: (127 V ou 220 V). Garantia: Mínimo de 12 meses fornecida pelo fabricante.					
28	Microfone sem fio duplo – frequência 660 a 690 MHz, 2 microfones de mão, padrão polar: cardioide uniforme, controle de volume independente (A e B), saídas X L R balanceadas individuais, saída P10 mixada, filtro de sopro interno no globo, autonomia média de 5 horas. Receptor R L X, alimentação 12 V DC, consumo 500 Ma, canais 2, distorção 0,3 %, resposta de frequência 30 Hz a 20 K Hz, Relação sinal/ruído 96 dB, transmissor L H T, potência de saída 10 mW – 30 mW, distorção harmonia -50dB, consumo 110 mA. Com maleta para transporte.	Kit	01	R$ 1.403,96	R$ 1.403,96	SMER 01
29	PLASTIFICADORA para papel A3 e A4. Especificações mínimas aceitáveis: largura máxima de	Unid.	04	R$ 1.059,84	R$ 4.239,36	SMAS 04

	plastificação 320 mm; velocidade 475 mm/min; tempo de aquecimento de 3 a 4 min; ajuste de temperatura frontal; ajuste fino de temperatura; resistência tubular de vidro; 4 cilindros de silicone; temperatura de 100 a 200; espessura máxima de plastificação 1,2 mm; função reverse; diâmetro do rolo 20,5 mm; tamanho da máquina 442 x 175 x 98 mm; potência 400 W; peso aproximado de 5 kg, com variação aceitável de +/- 10%. Para CRAS/CREAS/Gestão.					
30	SMARTPHONE - aparelho telefônico celular smartphone dual chip, quantidade de linhas telefônicas 2 un, características adicionais 128 GB, 5G, tela 6.6, 4 GB RAM, acessórios: carregador de bateria, película e capinha. Para Departamento da Mulher/Sala dos Conselhos e Dpt. de Licitação – SMF.	Unid.	03	R$ 1.314,12	R$ 3.942,36	SMAS 02 SMF 01
31	Suporte móvel para TV, confeccionado em estrutura metálica, com base tipo pedestal dotada de rodízios para facilitar a movimentação, coluna vertical com regulagem de altura e suporte superior para fixação da televisão.	Unid.	03	R$ 816,08	R$ 2.448,24	SMT 03

	Possui prateleira intermediária para acomodação de equipamentos eletrônicos (aparelhos de mídia, receptores ou outros acessórios). Compatibilidade: TVs de 23 a 60 polegadas; capacidade de carga até 45 kg; padrão de fixação VESA 200×200 mm (espaço entre os furos 20×20 cm); ajuste de altura 60 mm; altura aproximada 116 cm; largura da estrutura superior aprox. 44 cm; prateleira aprox. 36 cm de largura; base aprox. 55,6 cm; profundidade aprox. 40,5 cm; rodízios na base; cor preta.					
32	TENDA SANFONADA - TAMANHO 3M X 3M - estrutura metálica fabricada em chapas de ferro "Metalon" armados em forma de sanfona e unidas por parafusos em conexões de aço com galvanização de alta resistência na espessura de 20mmx20mm, os pés de sustentação são reguláveis (com altura de 1,85 m a 2,05 m) e possui suporte nos quatro lados para auxiliar na fixação ao solo. A lona é produzida em nylon 600, com 50% de PVC e 50% de poliéster, reforço nos cantos e sustentação através de velcros. Tamanho 3×3 (9 m²). Na	Unid.	01	R$ 1.800,00	R$ 1.800,00	SMER 01

	cor azul.					
33	VENTILADOR - Ventilador de Coluna / Pedestal. Diâmetro: 40 cm a 50 cm com 6 pás. Altura ajustável: Oscilação horizontal e regulagem de altura (geralmente entre 110 cm e 130 cm).	Unid.	05	R$ 259,28	R$ 1.296,40	SMAS
TOTAL					**R$ 368.851,58**	

8.2. DO PREÇO MÁXIMO ADMITIDO

8.2.1. O preço total máximo admitido para a licitação será de: ***R$ 368.851,58 (trezentos e sessenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e um reais e cinquenta e oito centavos).***

9. DOS PREÇOS REFERENCIAIS

9.1. Os preços referenciais do presente Termo foram coletados pela Divisão de Orçamentos do Departamento de Licitação, sendo desta a total responsabilidade quanto à coleta e processamento das informações, e representam preços médios dos orçamentos, conforme anexos que integram o processo inaugural.

10. DA NATUREZA E GARANTIA DO OBJETO

10.1. Natureza: Bem comum de natureza não continuada;

10.2. Garantia: Apresentar 12 meses de garantia e acompanhar Assistência Técnica dentro desse prazo de garantia.

10.2.1. Durante o prazo de garantia do objeto o fornecedor fica obrigado a corrigir os defeitos e/ou substituir o material defeituoso no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da solicitação.

11. PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO OBJETO

11.1. Não se aplica.

12. DAS AMOSTRAS

12.1. Não se aplica.

13. HAVERÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA

13.1. Não, apenas em caso de acionamento da garantia.

13.1.1. A empresa deverá prestar assistência técnica, diretamente ou por meio de rede autorizada do fabricante, durante todo o período de garantia, sem ônus adicional para o Município.

14. FORMA DE CONTRATAÇÃO

14.1. Pregão Eletrônico.

15. DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

15.1. Menor preço por **ITEM**.

16. DA MODALIDADE DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Sim. Por se tratar de aquisição parcelada e incerteza da quantidade a ser adquirida.

17. DO SIGILO NO ORÇAMENTO ESTIMADO

17.1. Não se aplica.

18. DA PREFERÊNCIA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

18.1. Aplica-se.

19. DA VISTORIA

19.1. Não se aplica.

20. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

20.1. Para os itens 01, 02, 03 e 04:

a) Certidão de acervo técnico do Profissional – CAT emitido pelo CREA/CFT com registro de atestado;

b) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, na qual conste o Responsável Técnico da empresa, com atribuições do objeto do edital que será o responsável pela execução do serviço, devidamente acompanhada de Certidão de Registro de Pessoa Física, ambas emitidas pelo CREA/CFT, certificando que tanto o profissional quanto a Empresa licitante encontram-se regularmente

registrados no Conselho Regional do respectivo Estado. (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia nos termos do artigo 59 da Lei 5.194);

c) Comprovação de vínculo empregatício entre o Responsável Técnico, elencado no item anterior, e a proponente, mediante apresentação de cópia da Carteira de Trabalho do responsável pelo serviço e/ou da ficha de registro da empresa, contrato de prestação de serviço ou de outro documento;

d) Para dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou Contrato Social.

21. DOS CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE

21.1. Não se aplica

22. DOS RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA

22.1. Não se aplica, visto que o processo não apresenta análise de risco.

23. DA GARANTIA PARA HABILITAÇÃO OU CONTRATUAL

23.1. Mediante comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, comprovação de qualificação econômico-financeira e demais comprovações eventualmente solicitadas via Edital/Anexos.

24. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA E INSTALAÇÃO

24.1. A Contratada fica obrigada a entregar o objeto, quando solicitado através de Nota de Empenho – NE, nas condições estabelecidas neste Termo e Edital, no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos,** contados da data do recebimento da respectiva Nota;

24.2. O envio da Nota de Empenho a Contratada poderá ser efetivado via e-mail ou qualquer outro meio de comunicação;

24.3. As entregas dos objetos da **Secretaria Municipal de Educação** serão efetuadas, quando solicitadas, na Central de Recebimentos da própria Secretaria, Localizado na Rua Capitão João Alves David, N° 15 – Próximo ao Pátio de Máquinas – Centro, no Município de Prudentópolis – PR, no horário do expediente compreendido entre 07:30 h às 11:30 h e entre 13:00 h às 16:30 h, sem custos adicionais;

24.3.1. Para todas as **demais Secretárias** a entrega será efetuada, mediante agendamento com os fiscais de ARP, na Central de Recebimento da Prefeitura Municipal de Prudentópolis, situada na Rua Marechal Floriano, nº 923, esquina com a Rua Dr. Ozório Guimarães - Centro, no Município de

Prudentópolis – PR, no período das 08:00 às 11:30 horas e das 13:00 às 16:30 horas em dias comerciais de segunda a sexta-feira, sem custos adicionais;

24.4. Os itens devem ser entregues embalados nas suas embalagens primárias originais, protegidas por caixas secundárias evitando quebras e rompimento de lacres;

24.4.1. Os objetos deverão ser entregues montados ou serem montados pela contratada no local da entrega, sem custos adicionais ao Município;

24.5. As embalagens devem conter a descrição do fabricante, lote e data de fabricação (mê/ano) e data de vencimento (mês/ano) impressos de forma permanente;

24.6. Não serão aceitos itens manchados, riscados, lascados ou marcados;

24.7. A empresa se compromete a efetuar a substituição de componente e/ou refazer os procedimentos que apresentem defeitos e/ou erros de montagem, no prazo máximo **72 (setenta e duas)** horas após a solicitação, pelo prazo compreendido na garantia, sem custos adicionais;

24.8. É de responsabilidade da Contratada acompanhar quanto ao calendário de feriados do Município de Prudentópolis, para fins de entrega do objeto.

25. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

25.1. O objeto deste Termo de Referência será recebido, por fiscal designado, da seguinte forma:

a) Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a presente especificação;

b) Definitivamente, em até 5 (cinco) dias após a verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação;

25.2. O recebimento definitivo não exime a Contratada de providenciar as devidas correções de falhas verificadas posteriormente, vinculadas à garantia do objeto.

25.3. O objeto deverá corresponder as especificações do descritivo do item 8 deste termo de referência.

25.4. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei n° 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

26. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

26.1. O prazo de vigência será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data da sua assinatura.

27. DO PAGAMENTO

27.1. O pagamento da presente licitação será efetuado em até 30 (Trinta) dias, após a entrega do objeto, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente acompanhada pelas certidões negativas de débitos junto ao FGTS, Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT;

I. Ocorrendo atraso no pagamento, em relação ao prazo previsto no §1° desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à contratada, aplicar-se-á o índice do IPCA pro rata diem, a título de compensação financeira que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

II. Por eventuais atrasos injustificados no pagamento devido à contratada, esta fará jus a juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando-se 6% ao ano.

27.2. O pagamento será feito após a liquidação da Nota Fiscal discriminada de acordo com o objeto do Contrato e Requisição de Empenho, contendo documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista:

I) O tipo de Nota Fiscal a ser emitida deverá ser compatível com o objeto da ARP;

II) Caso se verifique erro na emissão da fatura, a mesma deverá ser cancelada, corrigida ou substituída, conforme o caso;

27.3. A Detentora da ARP suportará o ônus decorrente do atraso, caso a nota fiscal/fatura contenha vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento no prazo estipulado em ARP;

27.4. Os pagamentos serão efetuados somente após a fiscalização e aceite do fiscal da ARP;

I) A fiscalização deverá basear-se nos produtos entregues e será feita pelo fiscal da ARP;

27.5. O pagamento poderá ser sustado, no todo ou em parte, nos casos de:

a) execução em desacordo com o avençado;

b) existência de débito de qualquer natureza com o Município;

c) não ter havido manutenção de todas as condições de qualificação exigidas na ARP;

27.6. A proponente vencedora deverá apresentar nota fiscal do objeto e na mesma deverá constar a modalidade da licitação com o respectivo número e o nº da ARP ***(Pregão Eletrônico nº 000/0000 e Ata de Registro de Preços nº 000/0000)***;

27.7. Na nota fiscal deverá constar o ATESTO do encarregado responsável pelo recebimento dos produtos, inclusive conter seu nome legível para fins de registro na liquidação da despesa;

I) Em caso de não constar esses dados, a nota não será liquidada;

A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente ser emitida em nome da:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS

CNPJ Nº 77.003.424/0001-34

RUA CONSELHEIRO RUI BARBOSA, Nº 801 – CENTRO
PRUDENTÓPOLIS – PR
CEP 84.400-000

27.8. Serão retidos os tributos, de acordo com o tipo de serviço realizado, observando as legislações pertinentes;

I – Os tributos a serem retidos pelo Município de Prudentópolis:

a) Contribuição Social Previdenciária (INSS), conforme o caso, observada a legislação vigente, bem como a IN RFB nº 971, de 2009;

b) Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS), conforme o caso, observada a Lei Municipal nº 1385/2003 e suas alterações;

c) Imposto de Renda (IR), conforme o caso, observada a legislação vigente, conforme Decreto Municipal n° 469/2023, de 28 de agosto de 2023;

II – O MUNICÍPIO deverá fazer o destaque das retenções na Nota Fiscal, bem como a base de cálculo e as alíquotas para cada um dos tributos incidentes, conforme previsto em lei. A fatura deverá ser apresentada no Setor de Compras, devidamente identificados, o número da licitação da ARP;

27.9. Os pagamentos aos fornecedores de bens, materiais e serviços para a Prefeitura Municipal de Prudentópolis, serão efetuados unicamente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário na forma de créditos, ordem bancária, transferência eletrônica ou por outros serviços da mesma natureza, disponibilizados pelas instituições financeiras, sendo vedada a utilização de cheques, conforme artigo 45 da Instrução Normativa nº 58/2011 do TCE/PR. Sendo obrigação da Contratada informar ao Departamento de Tesouraria a conta bancária para pagamento.

28. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

28.1. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados (Art. 134 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021).

29. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA ARP

29.1. A **fiscalização** ficará a cargo dos servidores, de cada secretaria:

a) Secretaria Municipal de Agricultura: Sr. Fabio Henrique Kowaski**;**

b) Secretaria Municipal de Assistência Social: Sra. Silvane Kiczevi dos Santos e Sra. Suellen Aparecida Grosko;

c) Secretaria Municipal de Educação: Sra. Joelma Sluzovski e **Sr.** Ezequiel Parteka Junior;

d) Secretaria Municipal de Esportes e Recreação: Sr. Marcos César Bozatski;

e) Secretaria Municipal de Saúde: Sra. Vanderléia Schinemann;

f) Secretaria Municipal de Turismo: Sr. Paulo Roberto Alves de Ramos e **Sr.** Sergio Xavier Pereira**,** os quais terão entre outras, as seguintes atribuições:

29.1.1. Ler minuciosamente a ARP, conhecer o objeto, bem como sobre todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

29.1.2. Zelar para que o objeto seja fielmente executado conforme o ajustado em Contrato;

29.1.3. Anotar em documento próprio as ocorrências;

29.1.4. Determinar a correção de falhas ou defeitos;

29.1.5. Aplicar à Contratada as sanções administrativas de sua competência;

29.1.6. Encaminhar à autoridade superior as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência, etc.

29.1.7. Atestar o recebimento definitivo dos objetos licitados;

29.1.8. A **gestão** do contrato ficará a cargo dos Secretários das pastas requisitantes;

29.1.9. Ficam, Fiscais e Gestores, cientes da publicação da ARP após as devidas assinaturas e também da responsabilidade em acessar as devidas cópias que serão disponibilizadas no Site Oficial do Município pela Divisão de Contratos.

30. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

30.1. A contratante obriga-se a:

30.1.1. Exigir da Detentora da ARP o fiel cumprimento do Edital e ARP;

30.1.2. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à Detentora da ARP para que esta possa fornecer o serviço dentro do prazo e normas estabelecidos no Contrato;

30.1.3. Atestar o recebimento do objeto, notificando a Detentora da ARP quando verificado algum problema;

30.1.4. Solicitar a substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação ou apresentar defeito no todo ou em parte;

30.1.5. Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecido na ARP.

31. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ARP

31.1. A Detentora da ARP obriga-se a:

31.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo indicado pela Contratante, em estrita observância das especificações do Edital, ARP e proposta, sem custos adicionais, incluindo a **instalação** dos itens que se fizerem necessários;

31.1.2. Havendo necessidade de remoção e substituição do objeto em decorrência de defeitos de fabricação, o transporte e os custos ficarão a cargo da Detentora da ARP;

31.1.3. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

31.1.4. Arcar com todos os encargos decorrentes da presente contratação, especialmente os referentes a fretes, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas;

31.1.5. Assegurar à CONTRATANTE o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer fornecimento que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas, hipótese em que as despesas decorrentes ficarão a cargo da Detentora da ARP, certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização da Contratante eximirá a Detentora da ARP de suas responsabilidades provenientes da ARP;

31.1.6. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento, no Edital e demais anexos, sujeitando-se, inclusive, às penalidades decorrentes do descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;

31.1.7. A Detentora da ARP não poderá, em nenhuma hipótese, fornecer o objeto sem prévia solicitação da Contratante;

31.1.8. Os itens devem ser entregues nas centrais conforme os **itens 24.3 e 24.3.1** pela contratante à contratada, no prazo e horários preestabelecidos entre as partes;

31.1.9. A Detentora da ARP deverá assegurar que os números de telefone, e-mails e endereços estejam sempre atualizados no cadastro junto à Contratante.

32. DAS SANÇÕES

32.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro ou mora na entrega do material ou execução do serviço, garantida a prévia defesa, ficará a Contratada sujeita às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais legislação pertinente, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

33. DA CLÁUSULA ANTIFRAUDE E CORRUPÇÃO

33.1. Os licitantes devem observar e a Contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratado;

33.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

33.2.1. "prática corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução da ARP;

33.2.2. "prática fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

33.2.3. "prática colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

33.2.4. "prática coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da ARP;

33.2.5. "prática obstrutiva": **(I)** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista no Edital; **(II)** atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;

33.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo;

33.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da ARP.

34. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

34.1. Conforme indicação do Departamento de Contabilidade.

34.2. Sugestão da Secretaria Solicitante Saúde:

ÓRGÃO/UNIDADE/PROJETO OU ATIVIDADE CONTA DE DESPESA/FONTE DE RECURSO

08.003.10.302.2070.2056.4.4.90.52.00.00 4505/496-9

08.003.10.302.2070.2056.4.4.90.52.00.00 4506/496-10

08.003.10.302.2070.2056.3.3.90.30.00.00 4410/494

34.3. Sugestão da Secretaria solicitante Assistência Social:

Gestão Administrativa da Assistência

09.001.08.244.2090.2067.4.4.90.52.00.00

Fonte: 1009

Manutenção das Atividades da Proteção Básica.

09.002.08.244.2090.2075.4.4.90.52.00.00

Fonte: 1010, 817

Manutenção das Atividades da Proteção Social Especial.

09.002.08.244.2090.2074.4.4.90.52.00.00

Fonte: 1010, 947, 1011

Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social.

09.002.08.244.2090.2073.4.4.90.52.00.00

Fonte: 815, 918

35. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

35.1. A ARP poderá ser rescindida pela Prefeitura de Prudentópolis, de acordo com as hipóteses previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das penalidades e sanções previstas no Edital, bem como das medidas legais cabíveis;

35.2. Situações não relacionadas neste Termo de Referência serão avaliadas observando o disposto na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

36. DA APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

36.1. Os Secretários das pastas solicitantes, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e alterações, declara que leu, conhecem e aprovam integralmente o presente Termo de Referência.

Prudentópolis, 22 de outubro de 2026.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA AJUSTADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2026.

A Empresa ....., situada a Rua (*endereço completo, telefone e endereço eletrônico*), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada pelo Sr. (a) ....., portador (a) da CI sob nº ..... e inscrito (a) no CPF sob nº....., vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital do Pregão Eletrônico em epigrafe, conforme segue:

Item	Descrição	Marca	Und.	Qtd.	Valor Unit.	Valor Total
01						
02						

VALOR TOTAL DA PROPOSTA - R$ ..... (.....).

1) Prazo de validade da proposta de ..... (mínimo de 60 sessenta dias), a contar da data de abertura do certame.

2) Garantimos que os produtos serão substituídos, sem ônus para a entidade de licitação, caso não estejam de acordo às especificações e padrões exigidos.

3) Garantia mínima dos produtos acima descritos é de **..... (.....) meses.**

4) Declaramos que nos preços contidos na proposta que vierem a ser ofertados por meio de lances, estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, impostos, lucro empresarial, tributos incidentes, seguro, frete e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste edital e seus anexos.

5) Informar os seguintes Dados Bancários, a fim de agilizar os possíveis pagamentos:

Banco: _____ Agencia: _____ Conta Corrente: _____

……., …….. de …… de 2026.

_____

Assinatura do Responsável Legal

EXO III

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº-------/2026

Ata de Registro de Preços firmada entre o Município de Prudentópolis e --------- conforme licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 157/2026.

O Município de Prudentópolis, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ sob nº 77.003.424/0001-34, sediada à Rua Rui Barbosa, 801, nesta cidade, devidamente representada pelo seu Prefeito Municipal Adelmo Luiz Klosowski, brasileiro, casado, portador de RG nº 1.462.650-6/Pr e inscrito no CPF sob nº 411.324.249-68, residente e domiciliado na Rua Afonso Pena, 640, nesta cidade, doravante nesta Ata de RP denominada simplesmente de GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO; e de outro lado _____, denominada REGISTRADA, acordam em registrar os preços indicados na presente ata de registro de preços, sujeitando-se as partes ás normas constantes no Art. 82 da Lei 14133/2021 e demais legislação aplicável, Instrução Normativa SEGES/ME73/2022, Decreto Federal n° 11.462, de 31 de março de 2023 referente ao Sistema de Registro de Preço, Lei 12.846/2013, Código de Defesa do Consumidor, Decreto n° 10.024 de 20 de setembro de 2019, em conformidade as condições constantes do Edital de **Pregão Eletrônico nº 157/2026**, pelos termos da proposta da registrada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de materiais permanentes.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS E QUANTITATIVOS

§1° Em decorrência da proposta apresentada e homologada, ficam registrados os preços indicados a seguir:

XXXXXXXXXXXXXXXX

§2° A Prefeitura Municipal de Prudentópolis pagará a Empresa Registrada o valor de **R$ ..... (.....…).**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

§1° A presente contratação vincula-se aos termos e condições fixadas no Edital da licitação na modalidade de **Pregão Eletrônico sob o número 157/2026**, regularmente tramitada nos autos do Processo Administrativo, contendo como documentos integrantes, como se nela estivessem transcritos, cujos teores consideram-se conhecidos e acatados pelas partes, sem prejuízos da aplicação de normas técnicas e legislação vigentes relativas ao objeto contratual, particularmente quanto a (ao):

I) Edital de Licitação, bem como todos os seus anexos;

II) Termo de referência, bem como todos os seus anexos; e,

III) Proposta da registrada e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO

§1° Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II) Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

III) Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

§2° A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

I) O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

§3° Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§4° O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

§5° Dos limites para as adesões:

I) As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrado na ata de registro de

preços.

II) O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

III) A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item I, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

§6° É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA, FORMALIZAÇÃO E CADASTRO RESERVA

§1° Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a **vigência de 12 (doze) meses**, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Município.

§2° No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

§3° O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

§4° O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

I) Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

§5° A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

I) O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

§6° Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

§7° Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores

registrados na ata.

§8° Haverá cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

§9° A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

I) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

II) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

§10° O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

§11° Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

I) Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

§12° A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

§1° Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o órgão gerenciador pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

§2° A subcontratação depende de autorização prévia do Município, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

I) A empresa contratada apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§3° É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro

ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DOS PREÇOS

§1º Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses previstas no Art. 124 inciso II alínea "d" da Lei 14133/2021.

§2° A Ata de Registro de preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas nos artigos 124 a 136 da Lei 14133/2021.

§3° O preço registrado poderá ser revisto, por iniciativa do município, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou a pedido do fornecedor, em razão de fato superveniente que eleve o custo do objeto registrado, desde que autorizado pela autoridade competente r desde que apresentadas as devidas justificativas, podendo o município, se julgar conveniente, optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

§4° Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o município convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

I) O fornecedor que não aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

II) A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

§5° Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

I) Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

II) Cópia da (s) Nota (s) Fiscal (is) dos elementos formadores do novo preço;

III) Cópia da (s) Nota (s) Fiscal (is) dos elementos formadores do preço original na época da apresentação das propostas;

IV) Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, etc.

§6° Faculta-se a juntada à proposta de preços de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.

§7° Nos casos em que restem dúvidas quanto à comprovação do desequilíbrio por parte da Detentora

da Ata, a Administração Pública poderá solicitar documentação complementar, além da constante no §5°.

§8° A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:

I) A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;

II) A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;

III) A configuração de álea econômica extraordinária e extracontratual;

IV) O cumprimento das exigências previstas no Edital da Licitação ou Ata de Registro de Preços.

§9° Sendo procedente o requerimento da empresa, o equilíbrio econômico financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.

I) A detentora da Ata de Registro de Preços deverá cumprir com a entrega de todos os produtos empenhados anteriormente a data do protocolo do pedido de realinhamento.

II) A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

§10° Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando a Administração constate:

I) Ausência de elevação dos encargos do particular;

II) Ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;

III) Ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos da detentora da Ata;

IV) Culpa da detentora da Ata pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido.

§11° Na situação do parágrafo acima, a Detentora continuará obrigada a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei, no Edital e nesta ata de registro de preços.

§12° Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado, mantendo-se a relação entre o valor originalmente registrado.

§13° Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o município poderá:

I – Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de

fornecimento, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II – Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação, observada a classificação original.

§14° Não havendo êxito nas negociações, o município deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

§15° Os aditamentos efetuados na ata de registro de preço serão igualmente publicados no Diário Oficial do Município.

§16° O município realizará periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade.

(EM CASO DE FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO DECORRENTE DA ATA DE R. P.)

§17° DO REAJUSTE

I) Os valores pactuados nesta contratação poderão ser reajustados, para mais ou menos, de acordo com a variação no IPCA, ou pelo índice que venha a substituí-lo.

II) A periodicidade do reajustamento será anual, a contar da data limite para apresentação da proposta, nos termos fixados no art. 92, §4º, da Lei 14.133/2021.

III) O reajustamento deverá ser concedido pelo órgão gerenciador independente de requerimento da CONTRATADA, em até 60 dias contados da data base, devendo ser registrado mediante simples apostilamento contratual nos autos do processo de gestão e fiscalização do contrato.

IV) No caso da concessão automática do reajustamento indicado no parágrafo anterior, deverá a CONTRATADA ser notificada previamente em relação ao índice a ser aplicado, podendo contraditar justificadamente no prazo de até 5 dias úteis.

V) O direito ao reajuste contratual poderá ser denegado totalmente, ou negociado em relação a seu quantum, por acordo entre as partes, sendo devidamente registrado no respectivo apostilamento contratual.

VI) A regra de reajuste prevista poderá ser objeto de alteração, inclusive quanto ao índice e metodologia, por acordo entre as partes, desde que não represente desequilíbrio econômico-financeiro injusto ao erário.

CLÁUSULA OITAVA – PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

§1° A Detentora da ARP fica obrigada a entregar o objeto, quando solicitado através de Nota de Empenho – NE, nas condições estabelecidas neste Termo e Edital, no prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos**, contados da data do recebimento da respectiva Nota;

I) O envio da Nota de Empenho a Detentora da ARP poderá ser efetivado via e-mail ou qualquer outro meio de comunicação.

§2º SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – os objetos deverão ser entregues na Central de Recebimentos da própria Secretaria, localizado na Rua Capitão João Alves David, n° 15 –

Próximo ao Pátio de Máquinas – Centro, no Município de Prudentópolis/PR, em horário do expediente, compreendido entre 07h30min as 11h30min e entre 13h00 as 16h30min, sem custos adicionais.

§3º Para as **DEMAIS SECRETÁRIAS** - Os objetos deverão ser entregues na **Central de Recebimento da Contratante**, situada à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 923, esquina com a Rua Dr. Ozório Guimarães – Centro, no Município de Prudentópolis/PR, no horário de expediente compreendido entre 07h40 às 11h30 e entre 13h00 às 16h30, sem custos adicionais.

§4º *Para os itens que requerem montagem e/ou instalação, a Detentora da ARP deverá entrar em contato com a secretaria solicitante a fim de obter a localização onde o móvel ou equipamento será instalado, bem como agendar a data para entrega e montagem.*

§5° A Detentora da ARP deverá informar o dia e o horário para entrega dos objetos, para que o Fiscal possa proceder o acompanhamento da entrega e instalação;

§5º Os itens deverão ser entregues em suas embalagens primárias originais, devidamente acondicionados e protegidos por embalagens secundárias adequadas, de modo a evitar avarias, quebras, danos ou rompimento dos lacres durante o transporte e a entrega.

§6º Os objetos deverão ser entregues devidamente montados e em condições de imediato uso ou, quando aplicável, montados pela Dententora da ARP no local indicado pela Contratante, sem qualquer ônus adicional para o Município.

§7º As embalagens deverão conter, de forma legível e permanente, as informações de identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação (mês/ano) e, quando aplicável, data de validade (mês/ano).

§8° Não serão aceitos móveis/equipamentos manchados, riscados, lascados ou marcados;

§9° A empresa se compromete a efetuar a substituição de componente e/ou refazer os procedimentos que apresentem defeitos e/ou erros de montagem, no prazo máximo **72 (setenta e duas) horas** após a solicitação, pelo prazo compreendido na garantia, sem custos adicionais.

§10° É de responsabilidade da Detentora da ARP acompanhar quanto ao calendário de feriados do Município de Prudentópolis, para fins de entrega do objeto.

§11° DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

I) O presente objeto será recebido, por fiscal designado, da seguinte forma:

a) Provisoriamente – no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a presente especificação;

b) Definitivamente – em até 5 (cinco) dias após a verificação da qualidade, quantidade e consequente aceitação;

II) O recebimento definitivo não exime a Contratada de providenciar as devidas correções de falhas verificadas posteriormente, vinculadas à garantia do objeto.

III) Os objetos deverão corresponder as especificações dos descritivos do Item 8 do Termo de Referência (Anexo I).

IV) Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei n° 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

§12° DA GARANTIA

I) Assegurar garantia dos produtos pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir do recebimento definitivo do objeto, responsabilizando-se, durante todo o período de garantia, pela prestação de assistência técnica e, quando necessário, pelo reparo ou pela substituição dos produtos que apresentarem defeitos ou vícios, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

II) Durante o prazo de garantia do objeto o fornecedor fica obrigado a corrigir os defeitos e/ou substituir o material defeituoso no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da solicitação.

§13° DA SUBSITUIÇÃO DA MARCA

I) A substituição da marca durante a execução da Ata de Registro de Preços será autorizada, exclusivamente, quando devidamente comprovada a impossibilidade de cumprimento com a marca ofertada no certame, desde que o fiscal responsável consinta com a substituição por uma marca de qualidade equivalente ou superior àquela originalmente proposta.

II) Na hipótese de autorização da substituição da marca, esta será formalizada por meio de Termo de Apostilamento, precedido de autorização expressa do Prefeito Municipal e de sua respectiva publicação no Diário Oficial, competindo à empresa detentora da Ata de Registro de Preços o acompanhamento dos referidos atos administrativos.

CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

§1° O pagamento do presente contrato será efetuado em até 30 (Trinta) dias, após a execução dos serviços/entrega do objeto, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente acompanhada pelas certidões negativas de débitos junto ao FGTS, Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e CNDT.

I) Ocorrendo atraso no pagamento, em relação ao prazo previsto no §1° desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à contratada, aplicar-se-á o índice do IPCA pro *rata diem*, a título de

compensação financeira que será o produto resultante do mesmo índice do dia anterior ao pagamento, multiplicado pelo número de dias de atraso do mês correspondente, repetindo-se a operação a cada mês de atraso.

II) Por eventuais atrasos injustificados no pagamento devido à contratada, esta fará jus a juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando-se 6% ao ano.

§2° O pagamento será feito após a liquidação da Nota Fiscal discriminada de acordo com o objeto da Ata de RP e Requisição de Empenho, contendo documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista.

I) O tipo de Nota Fiscal a ser emitida deverá ser compatível com o objeto da Ata de RP.

II) Caso se verifique erro na emissão da fatura, a mesma deverá ser cancelada, corrigida ou substituída, conforme o caso.

§3° A empresa Registrada suportará o ônus decorrente do atraso, caso a nota fiscal/fatura contenha vícios ou incorreções que impossibilitem o pagamento no prazo estipulado na Ata de RP.

I) A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente ser emitida em nome da:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS

CNPJ Nº 77.003.424/0001-34

RUA CONSELHEIRO RUI BARBOSA, Nº 801 – CENTRO

PRUDENTÓPOLIS/PR

CEP 84.400.000

§4° Os pagamentos serão efetuados somente após a fiscalização e aceite do fiscal da Ata de RP.

I) A fiscalização deverá basear-se no objeto entregue e será feita pelo fiscal da Ata de RP.

§5° O pagamento poderá ser sustado, no todo ou em parte, nos casos de:

a) execução em desacordo com o avençado;

b) existência de débito de qualquer natureza com o órgão gerenciador da Ata de RP;

c) não ter havido manutenção de todas as condições de qualificação exigidas para a contratação.

§6° A proponente registrada deverá apresentar nota fiscal do objeto e na mesma deverá constar a modalidade da licitação com o respectivo número e o nº da Ata de RP ***(Pregão Eletrônico nº 90xxx/2026 e Ata de Registro de Preços nº xxx/2026).***

§7º Na nota fiscal deverá constar o ATESTO do encarregado responsável pelo recebimento do objeto, inclusive conter seu nome legível para fins de registro na liquidação da despesa.

I) Em caso de não constar esses dados, a nota não será liquidada.

§8° Serão retidos os tributos, de acordo com o tipo de serviço realizado, observando as legislações pertinentes.

I – Os tributos a serem retidos pelo Órgão Gerenciador da Ata de RP:

a) Contribuição Social Previdenciária (INSS), conforme o caso, observada a legislação vigente, bem como a Instrução Normativa RFB nº 2110/2022.

b) Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISS), conforme o caso, observada a Lei Municipal nº 1385/2003 e suas alterações.

c) Imposto de Renda (IR), conforme o caso, observada a legislação vigente, conforme Decreto Municipal n° 469/2023, de 28 de agosto de 2023.

II – O órgão gerenciador da Ata de RP deverá fazer o destaque das retenções na Nota Fiscal, bem como a base de cálculo e as alíquotas para cada um dos tributos incidentes, conforme previsto em lei.

§9° Os pagamentos aos fornecedores de bens, materiais e serviços para a Prefeitura Municipal de Prudentópolis, serão efetuados unicamente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário na forma de créditos, ordem bancária, transferência eletrônica ou por outros serviços da mesma natureza, disponibilizados pelas instituições financeiras, sendo vedada a utilização de cheques, conforme artigo 45 da Instrução Normativa nº 58/2011 do TCE/Pr. **Sendo obrigação da registrada informar ao Departamento de Tesouraria a conta bancária para pagamento.**

CLÁUSULA NONA – DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

§1° Os recursos financeiros para o cumprimento do presente registro de preços ficarão por conta das dotações orçamentárias, conforme **ANEXO IV,** bem como fontes a seguir:

SECRETARIA DE FINANÇAS
Órgão/Unidade: 001 DEPARTAMENTO DE TESOURARIA Função/Subfunção/Programa/Ação: 04.123.2060.2012 – ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TESOURARIA Elemento de Despesa: 4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE Conta de Despesa: 00970 – Fonte de Recursos: 00000 – Recursos Ordinários (Livres)

§2° As dotações orçamentárias dos exercícios seguintes deverão ser registradas mediante apostilamento ao presente contrato, nos termos fixados no art. 136, inc. IV, Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DIREITO DAS PARTES

Constituem direitos do ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE RP receber o objeto desta ata e exigir o cumprimento do mesmo nas condições avençadas, e da REGISTRADA perceber o valor

ajustado na forma e prazo convencionado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

§1º CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO (Gerenciador da Ata de RP)

I) Exigir da Detentora da ARP o fiel cumprimento do Edital e ARP;

II) Prestar as informações e esclarecimentos necessários à Detentora da ARP para que esta possa fornecer o serviço dentro do prazo e normas estabelecidos na ARP;

III) Atestar o recebimento do objeto, notificando a Detentora da ARP quando verificado algum problema;

IV) Solicitar a substituição do objeto que esteja em desacordo com a especificação ou apresentar defeito no todo ou em parte;

V) Disponibilizar todas as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto deste processo;

VI) Efetuar o pagamento na forma e prazo estabelecido na ARP;

VII) Notificar a Detentora da ARP por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições na realização do fornecimento do objeto.

§2º CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

I) Efetuar a entrega e, quando aplicável, a instalação do objeto, em perfeitas condições de uso e funcionamento, no prazo e no local indicados pela Contratante, em estrita conformidade com as especificações e condições estabelecidas no Edital, na Ata de Registro de Preços e na proposta apresentada, assegurando a qualidade e a eficiência dos serviços, sem qualquer ônus adicional para a Contratante;

II) Havendo necessidade de remoção e substituição do objeto em decorrência de defeitos de fabricação, o transporte e os custos ficarão a cargo da Detentora da ARP;

III) Arcar com todos os encargos decorrentes da presente contratação, especialmente os referentes a fretes, taxas, seguros, encargos sociais e trabalhistas;

VI) Responder a todos os ônus referentes ao objeto ora contratado, desde os salários do pessoal nele empregado, como também encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham incidir sobre a ARP;

V) Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Prefeitura de Prudentópolis e/ou a terceiros, resultante do fornecimento de objeto de baixa qualidade ou incompatível com as especificações exigidas para seu uso;

VI) Manter, durante toda a execução da ARP, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VII) Assegurar à CONTRATANTE o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer fornecimento que não esteja de acordo com as normas ou especificações técnicas, hipótese em que as despesas decorrentes ficarão a cargo da Detentora da ARP, certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização da Contratante eximirá a Contratada de suas responsabilidades provenientes da ARP;

VIII) Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste Instrumento, no Edital e demais anexos, sujeitando-se, inclusive, às penalidades decorrentes do descumprimento de quaisquer de suas cláusulas;

IX) A Detentora da ARP não poderá, em nenhuma hipótese, fornecer o objeto sem prévia emissão da correspondente Requisição de Empenho;

X) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, as obrigações assumidas em ARP, salvo com autorização expressa da Prefeitura de Prudentópolis.

XI) Manter atualizado, durante a vigência do presente instrumento, o endereço, número de telefone fixo, celular com aplicativo WhatsApp, correio eletrônico e nome do representante legal com poder de decisão.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

§1º A empresa registrada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

I. Dar causa à inexecução parcial da Ata de RP;

II. Dar causa à inexecução parcial da Ata de RP que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. Dar causa à inexecução total da Ata de RP;

IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da Ata de RP;

IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de RP;

X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§2° Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no §1° as seguintes sanções:

I. Advertência;

II. Multa;

III. Impedimento de licitar e contratar;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§3° Na aplicação das sanções serão considerados:

I. A natureza e a gravidade da infração cometida;

II. As peculiaridades do caso concreto;

III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§4° A sanção prevista no §2° inciso I, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do §1°, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§5° No caso de inexecução parcial injustificada:

I) No caso de atraso injustificado na execução do objeto, será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) da parte inadimplida, por dia de atraso na execução do objeto, de acordo com o prazo previsto nesta ata, até o limite de 15 (quinze) dias, a partir do quando será considerada inexecução parcial do objeto;

II) Será configurada a inexecução parcial do objeto, quando injustificadamente, a registrada deixar de executar algum serviço solicitado, não sendo este considerado a totalidade da Ata de RP;

III) No caso de inexecução parcial do objeto, será aplicada multa de até 5% (cinco por cento) do valor total da Ata de RP;

IV) No caso de inexecução parcial da Ata de RP que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, conforme §8°.

§6° Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

I) Injustificadamente, a contratada não executar nenhum dos serviços solicitados, na totalidade da Ata de RP e durante sua vigência;

II) O atraso injustificado na entrega dos serviços solicitados (integralmente), previsto no item

anterior (multa por atraso injustificado) ultrapassar o prazo máximo de 30 (trinta) dias.

III) No caso de inexecução total, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor total da Ata de RP;

IV) No caso de inexecução parcial da Ata de RP que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, conforme §8°.

§7° A sanção prevista no inciso II do §2°, calculada na forma do edital ou da Ata de RP, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da Ata de RP e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no §1°.

§8° A sanção prevista no inciso III do §2° será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do §1°, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§9° As sanções previstas nos incisos I, III e IV do §2° poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

§10° Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, para pagamento da diferença será emitido guia ou será cobrada judicialmente.

§11° A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

§12° Na aplicação da sanção prevista no inciso II do §2°, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§13° A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do §2° requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§14° É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II) Pagamento da multa;

III) Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de

inidoneidade;

IV) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

VI) A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do §1° exigirá como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§15° Poderá ser utilizada como base para aplicação de penalidades a Instrução Normativa nº 001/2017 da Secretaria Geral de Administração da União, publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de outubro de 2017, página 198.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

§1º A inexecução total ou parcial da Ata de RP ensejará sua extinção, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto no art. 138 da Lei nº 14.133/21 e possíveis alterações posteriores, são motivos para extinção da Ata de RP:

I. O não cumprimento de cláusulas, especificações, projetos ou prazos.

II. O cumprimento irregular de cláusulas, especificações, projetos e prazos.

III. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da entrega dos serviços ou objetos, nos prazos estipulados.

IV. O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega do objeto.

V. O não cumprimento dos prazos, sem justa causa e prévia comunicação ao órgão gerenciador da Ata de RP.

VI. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da Registrada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas nesta Ata de RP.

VII. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.

VIII. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 117, da Lei nº 14.333/21.

IX. Fraude ou execução incorreta do objeto desta Ata de RP sem justa causa;

X. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.

XI. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução da Ata de RP.

XII. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a Contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere a Ata de RP.

§2º A Extinção desta Ata de RP poderá ser:

I. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial;

IV. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO DA ATA DE RP

§1º A fiscalização ficará a cargo dos servidores e seus fiscais substitutos a seguir mencionados:

a) Secretaria Municipal de Agricultura: Sr. Fabio Henrique Kowaski**;**

b) Secretaria Municipal de Assistência Social: Sra. Silvane Kiczevi dos Santos e Sra. Suellen Aparecida Grosko;

c) Secretaria Municipal de Educação: Sra. Joelma Sluzovski e **Sr.** Ezequiel Parteka Junior;

d) Secretaria Municipal de Esportes e Recreação: Sr. Marcos César Bozatski;

e) Secretaria Municipal de Saúde: Sra. Vanderléia Schinemann;

f) Secretaria Municipal de Turismo: Sr. Paulo Roberto Alves de Ramos e **Sr.** Sergio Xavier Pereira.

§2º Os fiscais e seus substitutos terão, entre outras, as seguintes atribuições:

I) Ler minuciosamente a Ata de Registro de Preços, conhecer o objeto, bem como sobre todas as ocorrênciasrelacionadas à sua execução;

II) Zelar para que o objeto seja fielmente executado conforme o ajustado em ARP;

III) Anotar em documento próprio as ocorrências;

IV) Determinar a correção de falhas ou defeitos;

V) Aplicar à Detentora da Ata as sanções administrativas de sua competência;

VI) Encaminhar à autoridade superior as providências cuja aplicação ultrapasse o seu nível de competência, etc.

§3º A gestão ficará a cargo dos Secretários das pastas solicitantes.

§4° A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da REGISTRADA, pelos danos causados ao ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE RP ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados.

§5° A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE RP, não elide nem diminui a responsabilidade da REGISTRADA quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade do ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE RP ou do servidor designado para a fiscalização.

§6° Ocorrendo a não aceitação do bem, por qualquer motivo, o ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE RP notificará a REGISTRADA para, no prazo estipulado na notificação, proceder à regularização.

§7° Ao ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE RP não caberá qualquer ônus pela rejeição dos objetos considerados inadequados.

§8° As comunicações entre ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE RP e REGISTRADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

§9° Ficam os Fiscais e os Gestores das ATAS cientes da publicação das mesmas após as devidas assinaturas e também da responsabilidade em acessar as devidas cópias que serão disponibilizadas no site oficial do município pela divisão de contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

§1° Os casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador da Ata de RP, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

§1° Incumbirá ao órgão gerenciador da Ata de RP divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – COMBATE A FRAUDE E CORRUPÇÃO

§1° Adota-se nesta licitação e na Ata de RP, a presente Cláusula Especial de Combate à Fraude e Corrupção, com o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação, definindo-se as seguintes práticas:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber, ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução Ata de RP;

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: Falsificação ou omissão dos fatos, com objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de RP;

c) PRÁTICA COLUSIVA: Esquematizar ou estabelecer alguma espécie de acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais, não competitivos ou inexequíveis;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou à propriedade, visando influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução da Ata de RP;

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: (i) Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios, ou do organismo financeiro multilateral, com o objetivo multilateral a apuração de alegações de prática prevista na Ordem de Serviço nº. 001-2015, de 16/05/2015; **(ii)** Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito do licitador, dos agentes fiscalizadores dos concedentes em caso de convênios e do organismo financeiro multilateral promover inspeção.

§2° Na hipótese de financiamente, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

§3° Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar

o local de execução da Ata de RP e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução da Ata de RP.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

§1° Garantir o cumprimento da Lei Federal 13.709 de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (a "LGPD"), de acordo com, mas não limitado à, os seguintes critérios:

I) Não realizar qualquer tratamento de Informações Pessoais, entendidas como informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável vinculadas ao Contrato, sem enquadramento em uma das bases legais para processamento de dados pessoais;

II) Adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança das Informações Pessoais;

III) Realizar tratamento de Informações Pessoais com o propósito de cumprir as suas obrigações contratuais;

IV) Não permitir ou facilitar o tratamento de Informações Pessoais por terceiros para qualquer finalidade que não seja a de cumprir as obrigações contratuais.

§2° A registrada fica ciente de que dados e documentação referente a presente contratação estarão disponíveis para acesso do público em geral, conforme cláusula décima sexta e lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

§1° Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 14133/21 e alterações.

§2° Reserva-se ao Município o direito de recusar objeto entregue em desacordo com o solicitado, que estejam fora dos padrões de qualidade, devendo a Registrada realizar as devidas correções sem ônus adicionais ao erário;

§3° Reserva-se ao órgão gerenciador da Ata de RP o direito de não utilizar os itens na sua integralidade, tendo em vista que trata-se de Registro de Preços.

§4° A detentora da Ata deverá comunicar ao Município toda e qualquer alteração nos dados cadastrais para fins de atualização cadastral.

§5° O órgão gerenciador da Ata de RP enviará o resumo desta Ata de Registro de Preço à publicação no Diário Oficial do Município de Prudentópolis, sem prejuízo de disponibilização da íntegra no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de Prudentópolis/PR, para dirimir dúvidas e os casos omissos, que porventura surgirem.

E por estarem as partes de acordo, assinam a presenta Ata de Registro de Preços em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, se obrigando ao cumprimento de todas as cláusulas inseridas neste instrumento contratual, ressalvados os interesses do órgão gerenciador Município de Prudentópolis/Paraná.

Prudentópolis, …… de …… de 2026.

_____	_____
Município de Prudentópolis	Detentora da Ata de RP
Adelmo Luiz Klosowski	
Órgão Gerenciador	

Testemunhas:

1) _____	2) _____
Nome:	Nome:

ANEXO IV

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Prefeitura Municipal de Prudentópolis - 2026

Saldo das contas de despesa

Calculado em: 27/10/2026

Equiplano

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)					Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
05 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO					**6.000,00**	**177.539,20**	**170.539,20**	**7.000,00**
002 DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL					**3.000,00**	**73.942,88**	**70.942,88**	**3.000,00**
12.361.2080.2027				MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	**3.000,00**	**73.942,88**	**70.942,88**	**3.000,00**
4.4.90.52.00.00				EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				
02220	E	00103	0103/01/01/00/00	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02230	E	00104	0104/01/01/00/00	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
02235	E	00105	0105/04/01/00/00	Alienação de Ativos/Indenização de Sinistros -Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
02235	EA	00105	0105/04/01/00/00	Alienação de Ativos/Indenização de Sinistros -Educação	0,00	70.942,88	70.942,88	0,00
02240	E	00107	0107/99/01/00/00	Salário-Educação	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
004 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INFANTIL					**3.000,00**	**103.596,32**	**99.596,32**	**4.000,00**
12.365.2080.2039				MANUTENÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	**1.000,00**	**101.596,32**	**99.596,32**	**2.000,00**
4.4.90.52.00.00				EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				
02950	E	00103	0103/01/01/00/00	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.000,00	81.000,00	79.000,00	2.000,00
02952	E	00104	0104/01/01/00/00	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	0,00	0,00	0,00	0,00
02953	E	00105	0105/04/01/00/00	Alienação de Ativos/Indenização de Sinistros -Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
02953	EA	00105	0105/04/01/00/00	Alienação de Ativos/Indenização de Sinistros -Educação	0,00	20.596,32	20.596,32	0,00
02955	E	00107	0107/99/01/00/00	Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
12.365.2080.2040				MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	**2.000,00**	**2.000,00**	**0,00**	**2.000,00**
4.4.90.52.00.00				EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				
03050	E	00103	0103/01/01/00/00	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
03060	E	00104	0104/01/01/00/00	Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
03065	E	00107	0107/99/01/00/00	Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
07 SECREARIA DE ESPORTES E RECREAÇÃO					**14.000,00**	**38.000,00**	**37.606,55**	**393,45**
001 DEPARTAMENTO DE ESPORTES E RECREAÇÃO					**14.000,00**	**38.000,00**	**37.606,55**	**393,45**
27.812.2130.2048				MANUTENÇÃO E APRIMOR. DE ATIVIDADES DO DPTO DE ESP. E RECREAÇÃO	**14.000,00**	**38.000,00**	**37.606,55**	**393,45**
4.4.90.52.00.00				EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				
03520	E	00000	0000/01/07/00/00	Recursos Ordinários (Livres)	14.000,00	38.000,00	37.606,55	393,45
08 SECRETARIA DE SAÚDE					**102.000,00**	**258.000,00**	**243.773,63**	**14.226,37**
003 FMS - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR					**102.000,00**	**258.000,00**	**243.773,63**	**14.226,37**
10.302.2070.2056				ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC - CAPS	**102.000,00**	**258.000,00**	**243.773,63**	**14.226,37**
3.3.90.30.00.00				MATERIAL DE CONSUMO				
04410	E	00494	0494/09/02/06/20	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	102.000,00	252.000,00	238.228,63	13.771,37
4.4.90.52.00.00				EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				
04505	E	04969	0496/12/02/06/20	EMENDA - ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE--CAPS AD	0,00	0,00	0,00	0,00
04505	EA	04969	0496/12/02/06/20	EMENDA - ESTRUTURAÇÃO DE UNIDADES DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE--CAPS AD	0,00	4.000,00	3.868,00	132,00
04506	E	49610	0496/12/02/06/20	FNS-EMENDA-ESTRUT UNIDADES ATENÇÃO ESP SAÚDE AQUISIÇÃO DE EQUIP - CAPS	0,00	2.000,00	1.677,00	323,00
09 SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**27.000,00**	**87.817,31**	**69.532,53**	**18.284,78**

E - Grupo da fonte do exercício / EA - Grupo da fonte de exercícios anteriores

Prefeitura Municipal de Prudentópolis - 2026

Saldo das contas de despesa

Calculado em: 27/10/2026

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)	Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
001 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
08.244.2090.2067 GESTÃO ADMINISTRATIVA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				
05182 E 01009 1016/12/99/00/00 TRANSF.ESPECIAIS - EMENDA INDIVIDUAL - VEÍCULO S.O.S./EQUIPAMENTOS LAR DOS IDOSO	0,00	0,00	0,00	0,00
002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	**27.000,00**	**87.817,31**	**69.532,53**	**18.284,78**
08.244.2090.2073 GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	**21.000,00**	**14.000,00**	**397,13**	**13.602,87**
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				
05530 E 00815 0936/09/06/06/08 IGD - Bolsa Família	21.000,00	14.000,00	397,13	13.602,87
05332 E 00918 0936/09/06/06/08 IGD PAB (PROGRAMA AUXÍLIO BRASIL)	0,00	0,00	0,00	0,00
08.244.2090.2074 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	**5.000,00**	**26.281,10**	**24.683,01**	**1.598,09**
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				
05790 E 00947 0941/09/06/06/26 Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	1.000,00	2.000,00	1.252,91	747,09
05795 E 01010 0937/09/06/05/09 FEAS - INCENTIVO EQUIPAMENTOS CRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
05795 EA 01010 0937/09/06/05/09 FEAS - INCENTIVO EQUIPAMENTOS CRAS	0,00	20.281,10	20.281,10	0,00
05800 E 01011 1011/09/06/05/19 PAS - PISO ÚNICO - FEAS	4.000,00	4.000,00	3.149,00	851,00
08.244.2090.2075 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	**1.000,00**	**47.536,21**	**44.452,39**	**3.083,82**
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				
06040 E 00817 0934/09/06/06/06 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	1.000,00	1.000,00	570,00	430,00
06040 EA 00817 0934/09/06/06/06 Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	0,00	16.000,00	14.062,18	1.937,82
06041 E 01010 0937/09/06/05/09 FEAS - INCENTIVO EQUIPAMENTOS CRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
06041 EA 01010 0937/09/06/05/09 FEAS - INCENTIVO EQUIPAMENTOS CRAS	0,00	30.536,21	29.820,21	716,00
11 SECRETARIA DE AGRICULTURA	**1.000,00**	**11.000,00**	**10.166,85**	**833,15**
001 DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO RURAL	**1.000,00**	**11.000,00**	**10.166,85**	**833,15**
20.606.2150.2091 MANUTENÇÃO E APRIMORAMENTO ATIV. SECR. AGRICULTURA	**1.000,00**	**11.000,00**	**10.166,85**	**833,15**
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				
07120 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00	11.000,00	10.166,85	833,15
13 SECRETARIA DE TURISMO	**8.000,00**	**918.000,00**	**789.431,25**	**128.568,75**
001 DEPARTAMENTO DE TURISMO	**8.000,00**	**918.000,00**	**789.431,25**	**128.568,75**
23.695.2120.2099 MANUT. ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE TURISMO	**8.000,00**	**918.000,00**	**789.431,25**	**128.568,75**
4.4.90.52.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE				
07650 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)	8.000,00	26.000,00	23.431,25	2.568,75
07650 EA 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)	0,00	126.000,00	0,00	126.000,00
07656 E 00612 1009/05/99/03/15 Operações de Crédito Internas	0,00	766.000,00	766.000,00	0,00
Total Geral	**158.000,00**	**1.490.356,51**	**1.321.050,01**	**169.306,50**

E - Grupo da fonte do exercício / EA - Grupo da fonte de exercícios anteriores

Prefeitura Municipal de Prudentópolis - 2026

Saldo das contas de despesa

Calculado em: 27/10/2026

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso (F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET)	Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual

Critérios de seleção:

Data do cálculo: 27/10/2026

Contas de despesa: 2220, 2230, 2235, 2240, 2950, 2952, 2953, 2955, 3050, 3060, 3065, 3520, 4410, 4505, 4506, 5182, 5530, 5332, 5790, 5795, 5800, 6040, 6041, 7120, 7650, 7656